Relatório da participação do MSC-CONSAN na Reunião de Alto Nível para a Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP

5, 6 e 7 de Fevereiro de 2018 | Lisboa

Relatório sobre a organização e participação da sociedade civil na Reunião de Alto Nível para a Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP | 5, 6 e 7 de Fevereiro | Lisboa - Portugal

MSC CONSAN - CPLP
MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSAN-CPLP

REDSAN CPLP
Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP

PCCPLP
PLATAFORMA DE CAMPONESES DA CPLP

www.msc-consan.org

Relatório elaborado pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, Secretariado do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho para a Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
www.actuar-acd.org

Créditos das imagens
Adélia Vilas Boas: páginas 7, 8, 9, 10, 11, 12.
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural do Governo de Portugal: páginas 16, 18, 24, 25.

Agradecimentos

O MSC-CONSAN agradece o compromisso e empenho de todos os atores membros e participantes no CONSAN-CPLP que contribuíram para a construção conjunta desta iniciativa pioneira.

Destacamos a persistência e disponibilidade para acolher as perceções e posicionamentos dos diferentes atores por parte de Francisco Sarmento, responsável pelo escritório da FAO junto da CPLP e de António Cerca Miguel, ponto focal governamental de Portugal no CONSAN-CPLP.

Agradecemos ainda a disponibilidade da Fundação Calouste Gulbenkian em acolher esta reunião de alto nível nas suas instalações.

Finalmente, agradecemos e destacamos a importante mobilização das companheiras e companheiros da Confederação Nacional de Agricultura (CNA - Portugal), que asseguraram uma participação entusiasta e ampla na referida reunião.

Apoios

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

REPÚBLICA PORTUGUESA
AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Lista de acrónimos

AF | Agricultura Familiar

AFA | Associação de Agricultores Asiáticos para o Desenvolvimento Rural Sustentável

ASEAN | Associação das Nações do Sudoeste Asiático

CAC | Conselho Agropecuário Centroamericano

CCAFS | Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CNA | Confederação Nacional de Agricultura

COPROFAM | Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul
CSA | Comité Mundial de Segurança Alimentar
CSM | Mecanismo da Sociedade Civil do Comité Mundial de Segurança Alimentar

CONSAN-CPLP | Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CONSEA | Conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil

CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DHANA | Direito Humano a uma Alimentação e Nutrição Adequadas

ESAN-CPLP | Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FBSSAN | Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FMT | Federação Minha Terra

GAL | Grupo de Ação Local

OGM | Organismos Geneticamente Modificados

MAFDR | Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural em Portugal
MSC-CONSAN | Mecanismo para a Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

MSP-CONSAN | Mecanismo para a Facilitação da Participação do Setor Privado no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

MU-CONSAN | Mecanismo para a Facilitação da Participação das Universidades no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAFCIA | Política de Agricultura Familiar, Camponesa, Indígena e Afrodescendente

PDRR | Programa Diálogo Regional Rural

PROPAC | Plataforma sub-regional de Organizações Camponesas da África Central

REALIMENTAR | Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

REDSAN-CPLP | Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa
ROPPA | Rede das Organizações Camponesas e dos Produtores Agrícolas da África do Oeste

SIPAM | Sistemas Importantes de Património Agrícola Mundial

Índice

Sumário Executivo 3

A RANAF no contexto da ESAN-CPLP 6

5 de Fevereiro - **Eventos da Sociedade Civil** 7

Reunião Interna do MSC-CONSAN 7

Intercâmbio Internacional - Participação social e políticas públicas para a Agricultura Familiar 8

6 de Fevereiro - Seminário - Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP 16

PAINEL 1 | **Cooperação Territorial para o fortalecimento da Agricultura Familiar na CPLP** 17

Painel 3 | **Quadros Legais e Institucionais para Reconhecimento da Agricultura Familiar** 20

Painel 4 | **Políticas Públicas e Cooperação para a Produção Sustentável e Acesso a Serviços e Mercados** 21

7 **de Fevereiro - Assinatura da Carta de Lisboa** 24

7 de Fevereiro - Eventos da Sociedade Civil 26

Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP 26

Monitoramento da ESAN-CPLP numa abordagem de direitos humanos 28

Rede das Margaridas, uma iniciativa pelas mulheres rurais 29

Iniciativa dos Sistemas Importantes de Património Agrícola Mundial da CPLP 29

Encontro com a equipa do estudo sobre agricultura familiar na CPLP 30

Comunicação e Visibilidade 32

Comunicados de imprensa 32

Vídeos 32

ANEXOS 34

Sumário Executivo

A aprovação das Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa[1] (doravante, *Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP*) constituiu um marco central na implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP)[2], aprovada em 2012 por todos os Estados-Membros da Comunidade.

Para a implementação do disposto nas Diretrizes, os Estados-Membros acordaram na última sessão do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), em Brasília, em 2017, realizar uma Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar (RANAF), visando a partilha dos avanços, desafios e experiências nacionais e a discussão dos próximos passos de operacionalização das Diretrizes.

Neste sentido, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal disponibilizou-se para hospedar a Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar na CPLP (RANAF), em Lisboa, esperando-se que a mesma servisse como espaço de reafirmação da importância das Diretrizes e de estabelecimento de compromissos comuns. Para a preparação da RANAF, foi criada uma comissão informal com representantes dos participantes e membros do CONSAN-CPLP.

Num ano que marca a centralidade dos direitos da mulher rural, a discussão sobre a Declaração de Direitos dos Camponeses no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e a aprovação da Década para a Agricultura Familiar 2019-2028, o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN) propôs-se a realizar, além da sua participação na preparação e concretização do evento oficial, um intercâmbio com outras iniciativas regionais da sociedade civil envolvidas no apoio e promoção da agricultura familiar. Este intercâmbio "inspirador", nas palavras dos participantes, foi, sem dúvida, um dos momentos-chave da RANAF.

O MSC-CONSAN identifica 10 principais conquistas desta iniciativa pioneira de construção coletiva e participativa:

1. Formato inovador patente na implementação desta iniciativa multiatores, a partir de diálogo efectivo e de um importante espaço de aprendizagem para todos os atores.
2. Participação, mobilização e apropriação amplas, assente no dinamismo dos mecanismos de participação social no CONSAN-CPLP e diálogo entre os mesmos.
3. Reconhecimento da consistência e maturidade do MSC-CONSAN e divulgação da Rede das Margaridas da CPLP e do Grupo de Trabalho sobre Agroecologia e Biodiversidade da REDSAN-CPLP.
4. Presença da FAO ao mais alto nível e participação pela primeira vez do FIDA em atividades relacionadas com a ESAN-CPLP revelam prioridade conferida à ESAN-CPLP pelos organismos internacionais que mais diretamente trabalham nesta temática.
5. Diálogo pioneiro entre movimentos internacionais em torno do fortalecimento da agricultura familiar, nomeadamente, a Declaração dos Direitos Campesinos e a Década da Agricultura Familiar 2019-2028, consolidando o papel que Portugal tem tido em ambos os processos. Este movimento de aproximação entre esforços internacionais pode ser ensaiado mais facilmente a nível regional, uma vez que as Diretrizes para a Agricultura Familiar da CPLP apresentam pontos de consonância com ambos instrumentos. Aliás, os posicionamentos do MSC-CONSAN relativamente às diversas versões das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP estiveram assentes na própria proposta de Declaração dos Direitos dos Camponeses.

[1] Disponíveis em: http://docs.wixstatic.com/ugd/12c841_55a4d51ca92945e48f56bfea7d7a7d74.pdf
[2] Ver a Visão Estratégica da ESAN-CPLP em: www.pccplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/esan-cplp_visao_estrategica.pdf

6. Dinamização do reconhecimento de territórios SIPAM nos países da CPLP, a partir de uma metodologia consensualizada que confira centralidade à agricultura familiar, tal como acordado na última sessão do CONSAN-CPLP, quando foi atribuída a coordenação desta iniciativa regional ao MSC-CONSAN.
7. Reforço do apoio institucional à criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável, expresso na Carta de Lisboa, que destaca também a importância de aprofundar o debate sobre a agroecologia e outros modos de agricultura sustentável e promover o seu reconhecimento institucional através de políticas públicas específicas e de ações de sensibilização e construção de capacidades.
8. Monitoramento nacional e regional multi-atores da implementação dos eixos estratégicos da ESAN-CPLP, cujos resultados serão apresentados na próxima sessão do CONSAN-CPLP (Julho, Cabo Verde) e do CSA (Outubro, Roma).
9. Iniciativa de intercâmbio da Plataforma de Camponeses da CPLP com outras regiões (Asia, Africa, América Latina), que se revelaram "inspiradas" por este processo da CPLP na construção de diretrizes regionais de promoção da agricultura familiar.
10. Reflexão sobre potencialidades e desafios inerentes à cooperação internacional, a qual deverá respeitar, reforçar e qualificar o próprio processo de participação da sociedade civil, de acordo com a institucionalidade prevista no âmbito da ESAN-CPLP.

Algumas dificuldades processuais e desafios enfrentados pelo MSC-CONSAN carecem ainda de atenção particular por parte dos diferentes atores, nomeadamente:

- Necessidade de realizar atualizações mais frequentes e de aprofundar discussões e entendimentos comuns entre os diversos membros e participantes do CONSAN-CPLP sobre temas centrais;
- Agenda muito condensada e demasiado diversificada resultou na escassez de tempo para os debates em Plenária e para as discussões internas;
- Limitações de algumas ações e programas de cooperação internacional na CPLP, tendo sido reiterada a reivindicação do MSC-CONSAN de tais ações e programas fortalecerem a institucionalidade e pressupostos previstos na própria ESAN-CPLP.

Principais reivindicações do MSC-CONSAN colocadas ao longo dos diferentes momentos da RANAF:

1. Criação de um quadro legal e institucional que reconheça a importância da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar e nutricional;
2. Desenvolvimento de registos e cadastros dos agricultores familiares;
3. Criação de uma linha orçamentária específica para o apoio da agricultura familiar que destine pelo menos 10% do orçamento dos Estados para este setor;
4. Formulação de políticas públicas específicas e diferenciadas que estejam orientadas para facilitar o acesso à terra e demais recursos económicos e produtivos por parte dos agricultores familiares;
5. Elaboração e implementação de programas de compras públicas conferindo prioridade aos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

6. Repartição justa dos benefícios decorrentes de acordos de comércio preferencial para produtos de qualidade diferenciada por todos os elos da cadeia, privilegiando e discriminando positivamente os agricultores familiares;
7. Criação de legislação para os produtos de qualidade diferenciada, privilegiando modos de produção sustentáveis, em particular, a produção de base agroecológica;
8. Criação urgente e consolidação de conselhos nacionais enquanto espaços de diálogo social e político que simultaneamente permitam congregar esforços para o monitoramento do processo da implementação da ESAN-CPLP e das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP;
9. Participação ativa imprescindível da sociedade civil, e particularmente das organizações de agricultores familiares e camponeses, nos espaços de governança e nos processos de monitoramento da ESAN-CPLP;
10. Inauguração do centro de competências regional para a agroecologia em São Tomé e Príncipe como importante contributo para a proteção e valorização da agricultura familiar;
11. Construção e implementação de mecanismos alternativos de certificação participativa adequados às especificidades da agricultura familiar;
12. Concertação de esforços no sentido da construção de ações de cooperação nas áreas centrais identificadas nos eixos estratégicos da ESAN-CPLP, envolvendo os membros e participantes do CONSAN-CPLP e particularmente o MSC-CONSAN, de forma a garantir a articulação regional das ações e a sua coerência política com a Estratégia;
13. Promoção da iniciativa SIPAM-CPLP, a partir de uma abordagem de direitos, com participação efetiva da sociedade civil, nomeadamente dos agricultores familiares, guardiães destes territórios e conhecimentos tradicionais associados.
14. Cumprimento da realização da contribuição para o orçamento de funcionamento do CONSAN-CPLP por parte dos países Estados-membros do CONSAN-CPLP, tal como acordado na reunião, em Julho de 2012, em Maputo;
15. Cumprimento da proporção dos atores participantes nos eventos da ESAN-CPLP, tal como reflectida na proporção da composição plenária do CONSAN-CPLP[3], tendo-se registado, no âmbito da RANAF, recetividade dos atores governamentais às reivindicações da sociedade civil para uma maior inclusão dos agricultores e camponeses no programa.

O lançamento formal da iniciativa SIPAM-CPLP na próxima sessão oficial do CONSAN-CPLP, em Cabo Verde, em Julho de 2018, marcará uma nova fase da implementação da Estratégia e das próprias Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP.

Aliás, o monitoramento da ESAN-CPLP nos seus três eixos estratégicos será, esperamos, alvo de processos e exercícios nacionais e regionais multi-atores, dando seguimento a esta iniciativa pioneira de construção coletiva e participativa. Esperamos também na próxima sessão do CONSAN-CPLP e na próxima sessão do Comité Global para a Segurança Alimentar (CSA) apresentar os resultados destes exercícios coordenados pelo MSC-CONSAN, sinalizando assim o início de um processo de monitoramento permanente, participativo e inclusivo da ESAN-CPLP.

[3] Ver Artigo 6º dos Estatutos do CONSAN-CPLP: www.pccplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/consan-cplp_estatutos.pdf

A RANAF no contexto da ESAN-CPLP

Em 2017, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) protagonizou um marco mundial inédito no âmbito do reconhecimento e valorização do papel basilar que milhões de camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras familiares desempenham no provisionamento alimentar diário das populações dos seus países. A aprovação das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP, na II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP, em Brasília, representou o culminar de um processo de trabalho de vários anos e, simultaneamente, efectivou mais um passo para a concretização da missão que o CONSAN-CPLP assume na erradicação da pobreza e da fome através da implementação da ESAN-CPLP.

Espalhada por quatro continentes, a comunidade de camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras familiares da CPLP integra uma grande diversidade de culturas, práticas e visões, e carrega um conjunto de necessidades, problemas e desafios que, não obstante as diferenças, partilha semelhanças. Face a esta realidade de múltiplas demandas, as Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP abrangem uma vasta gama de temas, tornando-as numa referência incontornável na orientação de políticas públicas neste âmbito.

A convergência de esforços entre diversos atores sociais e políticos sob a alçada do processo de construção conjunta das Diretrizes foi, em si, uma grande conquista. Um processo que começou em 2014, com a I Reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP[4], em Brasília, numa trajetória gradual de construção da compreensão e do diálogo, envolvendo instâncias da CPLP e iniciativas autónomas da sociedade civil, combinando consultas públicas com reuniões presenciais e virtuais e atividades setoriais, nacionais e regionais.

Neste percurso conjunto, a participação da sociedade civil tem vindo a revelar-se um vetor fundamental na ativação, mobilização e organização de ações que vieram impulsionar o processo de discussão e elaboração das diretrizes. Desde o I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (2015), que o MSC-CONSAN, com a participação ativa de membros da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP, tem vindo a sublinhar a importância da elaboração de diretrizes regionais visando o reconhecimento da Agricultura Familiar na CPLP. A criação de alianças alargadas entre movimentos de camponeses e organizações da sociedade civil é um dos contributos fundamentais da atuação do MSC-CONSAN.

A importância destas dinâmicas participativas é tanto mais importante quando uma das prioridades da ESAN-CPLP passa por contrariar a "Participação social reduzida derivada das situações anteriores e fraco apoio efetivo à participação qualificada dos grupos mais vulneráveis e seus representantes" e de "Reconhecer a importância da participação dos atores não estatais na implementação da Estratégia" (princípios de acordo político). Assim, o objetivo do MSC-CONSAN é precisamente garantir a facilitação da participação da sociedade civil no CONSAN-CPLP e assegurar um diálogo fluido entre os níveis nacional, regional e global.

O desafio atual passa por materializar as Diretrizes, tirá-las do papel e dar-lhes corpo na concretização de medidas e ações, respeitando sempre os tempos e as prioridades particulares de cada Estado membro. Por outro lado, a experiência rica da CPLP permite que os Estados membros trilhem não um caminho único, mas um caminho comum, partilhando algumas prioridades e valorizando as possibilidades que a aplicação das Diretrizes oferece no plano comunitário e global. Importa, assim, valorizar a criação de uma agenda de intercâmbio e cooperação que apoie os países na definição de um mecanismo comum de monitoramento no âmbito do CONSAN.

Num ano que marca os direitos da mulher rural, a discussão sobre a Declaração de Direitos Campesinos no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e a aprovação da Década para a Agricultura Familiar (2019-2028), o MSC-CONSAN propôs-se a realizar, além da sua participação na preparação e concretização do evento oficial, um intercâmbio com outras iniciativas regionais da sociedade civil envolvidas no apoio e promoção da agricultura familiar, e algumas reuniões de trabalho de consolidação de parcerias, como se evidencia abaixo.

[4] O GT Agricultura Familiar é composto por representantes dos Estados-Membros da CPLP, da Sociedade Civil e das Universidades e tem o mandato de elaborar propostas de reconhecimento e promoção deste setor seio da comunidade.

5 de Fevereiro | Auditório 3
Eventos da Sociedade Civil

Reunião Interna do MSC-CONSAN

É já um procedimento habitual a realização de reuniões internas do MSC-CONSAN, paralelas aos eventos oficiais do CONSAN-CPLP. Este é um espaço de encontro e diálogo direto essencial para o trabalho de articulação das diferentes organizações nacionais, mas também uma oportunidade de celebração intercultural e de fortalecimento prazeroso dos laços entre os diferentes países!

A manhã e a tarde deste primeiro dia foram dedicados à atualização e partilha de informações, destacando-se as notícias sobre os diferentes conselhos nacionais e acerca dos efeitos da seca e de outros fenómenos climáticos extremos sobre a vida dos agricultores e também sobre as conquistas e os desafios políticos que os diversos representantes nacionais enfrentam.

Por referência aos temas dos painéis do Seminário, foram formuladas questões posteriormente partilhadas com as redes e organizações nacionais. Através da realização de auscultações/discussões sobre a atual situação da agricultura familiar nos diversos países, a sociedade civil fez chegar aos diversos painéis e discussões plenárias da RANAF os seus aportes. Os documentos orientadores iniciais foram posteriormente atualizados com os resultados das discussões, a nível nacional e regional, e apresentam-se em anexo, para utilização como ferramenta pelas diferentes organizações nacionais.

Além da participação no evento oficial, o MSC-CONSAN organizou também momentos de partilha e discussão informal, convidando os outros mecanismos de participação social no CONSAN-CPLP e outros atores a participar na troca de conhecimentos e experiências, visando estimular uma maior e melhor articulação entre os diferentes atores do CONSAN-CPLP. Neste âmbito, foi realizado um Intercâmbio Internacional envolvendo representantes da agricultura familiar de outras regiões do mundo, nomeadamente, da Ásia, da África Ocidental, da África Central, da América Central e da América do Sul.

Intercâmbio Internacional - Participação social e políticas públicas para a Agricultura Familiar

O intercâmbio teve como finalidade promover a interação e cooperação com outras redes regionais representativas da agricultura familiar, e sensibilizá-las para a importância da construção e aprovação de diretrizes regionais de apoio à agricultura familiar, dando a conhecer o exemplo das diretrizes recentemente aprovadas na CPLP. Pretendeu-se também debater desafios e oportunidades da Década da Agricultura Familiar e assegurar diálogo e sinergias entre este processo e a aprovação da Declaração dos Direitos dos Camponeses, iniciativa a decorrer no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra.

O programa do Intercâmbio foi construído de forma a reunir atores com papéis diferenciados no campo da agricultura familiar, desde representantes da sociedade civil e representantes dos camponeses, agentes financiadores, representantes governamentais e de outras instâncias políticas. Além dos representantes dos agricultores familiares e camponeses da Ásia, África Central, África Ocidental, América do Sul e América Central, mais de três dezenas de agricultores e agricultoras portuguesas estiveram também presentes, participando pelo MSC-CONSAN enquanto membros da ReAlimentar - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Programa do Intercâmbio Internacional

16:00 | Mesa de Abertura e boas-vindas - Victor Carvalho, MSC-CONSAN CPLP | Estanislau da Silva, Ministro da Agricultura e Pescas de Timor Leste | Paolo Silveri, Diretor do Programa FIDA no Brasil | Manuel Lapão Diretor de Cooperação da CPLP **| 16:20 | As Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar na CPLP -** Caio França, Membro da equipa de construção das Diretrizes CPLP para a Agricultura Familiar | Francisco Sarmento, Chefe do Escritório da FAO junto da CPLP | **16:35 | Outras experiências regionais de construção de quadros legais e institucionais de promoção da agricultura familiar -** Ousman Shehou, PROPAC | Marius Dia, ROPPA | Lany Rebagay, AFA | Gustavo Toruño, PDRR | Alberto Broch, COPROFAM | **17:25 | Discussão em Plenária | 18:00 | Mesa de Encerramento -** Joana Rocha Dias, MSC-CONSAN CPLP | Maria do Carmo Silveira, Secretária Executiva da CPLP | Guilherme d'Oliveira Martins, Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian | José Graziano da Silva, Diretor Geral da FAO | Luís Capoulas Santos, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Portugal

A construção das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP: um percurso de esforços múltiplos

No sentido de dar a conhecer a experiência da CPLP aos participantes no intercâmbio e, em particular, aos colegas das outras regiões, foram partilhados alguns elementos sobre o percurso da sua construção. De destacar o contributo do MSC-CONSAN ao relembrar o papel decisivo que o governo de Timor-Leste desempenhou na ativação e reforço dos processos de trabalho necessários para que fosse possível a aprovação das Diretrizes, deixando também um apelo para que o atual governo dê continuidade a esse esforço no processo de implementação das diretrizes.

Foi também sublinhado o trabalho de articulação e colaboração entre diferentes movimentos sociais e demais atores da sociedade civil, em particular, a construção de alianças entre os camponeses e agricultores familiares da CPLP e as associações e organizações de base comunitária, de agricultores, pescadores, de mulheres, de consumidores, de direitos humanos, de organizações não governamentais, entre outras. Esta conquista exigiu processos de aproximação, de conciliação e de construção de pontes para o diálogo, cujos resultados se transformaram em contributos concretos para o Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, que encetou a tarefa de construção das diretrizes. Este trabalho da sociedade civil de articulação em rede e os esforços de um trabalho consolidado de *lobby* e advocacia a nível nacional e

regional, expressos no espaço do MSC-CONSAN, têm sido elementos-chave para a enorme conquista de construção e implementação efetiva da ESAN-CPLP.

O MSC em articulação com outros espaços e atores internacionais no campo da SAN

A CPLP é a primeira comunidade de países no mundo a ter construído uma arquitetura coerente para a governança da Segurança Alimentar e Nutricional, baseada num espaço de articulação regional, com 6 conselhos nacionais e 3 previstos para 2018. A orgânica de governança do CONSAN-CPLP está em sintonia com o Quadro Global do Conselho Global para a Segurança Alimentar (CSA), partindo do reconhecimento da importância de consolidar sinergias com os debates em curso no âmbito do próprio CSA e assegurando, assim, a participação dos diferentes atores. De notar que, a própria orgânica e institucionalidade do CONSAN inspira-se fortemente no CSA reformado (pós-2009), quer no que respeita à participação social, à voz conferida aos grupos mais vulneráveis, quer à abordagem central de direitos humanos e à multi-setorialidade.

> "Desde final de 2017, representante do MSC-CONSAN integra o Comité de Coordenação do Mecanismo da Sociedade Civil do CSA

Desde final do ano de 2017, que o MSC-CONSAN está representado no Comité de Coordenação do Mecanismo da Sociedade Civil no CSA, de forma a consolidar sinergias e diálogos. Neste contexto, o MSC-CONSAN estará a facilitar regionalmente o exercício de monitoramento do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) nos países da CPLP, enquadrado numa abordagem de monitoramento da própria ESAN-CPLP nos seus três eixos centrais. A expectativa do MSC-CONSAN é de apresentar os resultados deste exercício na próxima sessão do CONSAN-CPLP, que terá lugar em Julho de 2018, em Cabo Verde, e posteriormente no próximo evento global do CSA, que terá lugar em Roma, em Outubro de 2018, e que será dedicado ao tema do monitoramento do DHANA.

Convergência de esforços para a construção e monitoramento de diretrizes para a AF numa ótica de direitos humanos

O MSC-CONSAN reiterou o seu empenho e interesse em consolidar a sua colaboração, e da Plataforma de Camponeses da CPLP, com iniciativas de outras regiões, para o apoio à construção de eventuais Diretrizes Regionais para a Agricultura Familiar, assentes numa abordagem de direitos humanos. Para tal, será necessário concretizar esforços para dar continuidade ao intercâmbio iniciado com este evento, visando inspirar, partilhar, aprender e assegurar a construção alargada de políticas públicas específicas para a agricultura familiar.

A importância destas iniciativas de cooperação prende-se com a necessidade de uma maior convergência de esforços e mobilização das diferentes culturas de trabalho e respectivas aprendizagens para apoiar processos em curso, como é o caso da Declaração dos Direitos Camponeses.

Experiências de mobilização e participação em prol da Agricultura Familiar

Os representantes da agricultura familiar de outras regiões do mundo partilharam a sua história, as suas conquistas e atuais desafios. De uma forma geral, evidenciou-se como comum: a existência de desafios no campo da participação nos espaços de governança; o reconhecimento da necessidade de apoio concreto para que a participação dos agricultores familiares na construção de políticas públicas seja efetiva e eficiente; a existência de percursos de necessária resistência e perseverança para que a sociedade civil e, em particular os agricultores familiares e camponeses, consigam conquistar o espaço da participação. De uma forma geral, ficou também declarada a vontade dos espaços de articulação regional, pela voz dos diversos representantes, manterem relações de cooperação no futuro.

Associação de Agricultores Asiáticos para o Desenvolvimento Rural Sustentável (AFA)

A AFA[5] é uma rede regional de agricultores familiares da Ásia, com cerca de 12,5 milhões de membros espalhados por 17 países da Ásia do Sul, Ásia Central, Sudoeste e Noroeste da Ásia. Integra-se no contexto político da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), uma plataforma estratégica para o intercâmbio de aprendizagens entre os seus Estados-membro. A AFA procura mobilizar as experiências positivas de envolvimento entre organizações da sociedade civil, em particular, as organizações de agricultores, para que possam inspirar outros Estados-membro a incluir a participação de organizações de agricultores no desenvolvimento de programas de agricultura, assim como em processos mais alargados de políticas públicas. O uso de ferramentas e enquadramentos globais (acordos internacionais, diretrizes, etc.) é instrumental para a Associação poder acompanhar a implementação dos compromissos assumidos pelos Estados (*accountability*).

> *"a experiência das diretrizes da CPLP é um exemplo inspirador dos resultados da cooperação em torno da AF, uma ferramenta que certamente permitirá expandir o espaço de participação dos agricultores familiares"*

Em parceria com La Via Campesina, a AFA implementa um programa liderado pelos próprios agricultores (MTCP2[6]) que visa fortalecer a plataforma dos agricultores familiares ao nível nacional, sub-regional e na região do Pacífico e Ásia. Além da abordagem de *lobbying*, a AFA desenvolve também ações concretas de cooperação que têm permitido a construção de relações de confiança entre organizações de agricultores e os Estados-membros. Este trabalho de cooperação envolve vários desafios, tendo a representante da AFA referido alguns, como a necessária articulação com a estratégia da ASEAN; a existência de estereótipos, tanto do lado governamental em relação aos agricultores, como vice-versa; a ocorrência de processos de certificação restritos que condicionam a participação dos agricultores (privilégio vs direito); dificuldades associadas à dinâmica dos processos participativos, visto que o trabalho conjunto exige mais tempo, entre outros recursos; barreiras linguísticas, acesso atempado a informação de qualidade, entre outras. Por fim, a representante da AFA deixou como recomendação a importância de dar continuidade ao investimento em programas participativos que permitam fortalecer a capacidade das organizações de agricultores se envolverem em processos de políticas públicas. Referiu também que a experiência das diretrizes da CPLP é um exemplo inspirador dos resultados da cooperação em torno da agricultura familiar, uma ferramenta que certamente permitirá expandir o espaço de participação dos agricultores familiares.

Fonte: imagem retirada do website da AFA (*http://asianfarmers.org/*)

[5] Mais informação em: http://asianfarmers.org/
[6] Mais informação em: https://mtcp2.files.wordpress.com/2013/11/afa-mtcp2-brochure-final-01-21-14-16-30-for-print.pdf

Plataforma sub-regional de Organizações Camponesas da África Central (PROPAC)

Criada em 2005, a PROPAC[7] tem como missão apoiar os agricultores e as suas organizações para que se constituam como parceiros no desenvolvimento, implementação e avaliação das políticas inseridas no espaço da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Para tal, assume como eixos estratégicos o reforço das capacidades da PROPAC e dos seus membros, o exercício da advocacia e do seu posicionamento estratégico, a promoção da inclusão de grupos vulneráveis e o desenvolvimento de serviços económicos em benefício dos seus membros. A PROPAC foi a voz dos produtores agrícolas na formulação da Política Agrícola Comum da CEEAC através de processo de consulta que realizou. Desta experiência, realça que a possibilidade de colaboração aberta e de apoio das organizações de agricultores, em particular, são necessárias para fortalecer as suas capacidades para a implementação de políticas, com benefícios a nível social, económico e ambiental. Refere, porém, que a participação não pode acontecer sem que esteja expressa num quadro institucional e económico favorável e políticas públicas que apoiam e reconhecem o papel económico e social da agricultura.

> *"A participação não pode acontecer sem que esteja expressa num quadro institucional e económico favorável e políticas públicas que apoiam e reconhecem o papel económico e social da agricultura"*

Sublinhando que três membros da PROPAC são também membros da CPLP[8], o representante da Plataforma declarou ser pertinente um aprofundamento de relações de cooperação com o MSC-CONSAN, através de intercâmbios que permitam estabelecer um quadro consultivo em relação às Diretrizes, visando fortalecer as suas capacidades e participação, efetiva e eficiente, e em alianças com outros atores, no desenvolvimento de políticas de desenvolvimento agrícola e rural nos respectivos países.

Das várias áreas prioritárias de apoio partilhadas na apresentação pela PROPAC destacam-se o acesso à terra, a concretização de infra-estrutura básica, a redistribuição de preços justos que permitam a segurança no emprego e a geração de riqueza para a agricultura familiar, a melhoria da escolha de consumo em termos de qualidade e quantidade de produtos manufaturados, entre outros. Por fim, o representante deixou a indicação que os acordos de parceria económica entre a União Europeia e Grupo de Países Africanos, do Pacífico e Caraíbas (ACP) devem ser amplamente discutidos entre organizações de camponeses e todos os outros intervenientes no setor, com o intuito de reforçar a Agricultura Familiar na África Central no domínio da segurança e da soberania alimentar.

Programa Diálogo Regional Rural (PDRR) – América Central

O PDRR[9] é composto por 24 organizações agrícolas e pecuárias da América Central e da República Dominicana e afirma-se como uma plataforma de luta por políticas públicas, pela sua gestão e reforço, visando desenvolver a agricultura familiar através de mudanças na

[7] Mais informação em: http://infopropac.org/
[8] UNACA (Angola), FENOCGE (Guiné Equatorial) e FENAPA STP (São Tomé e Príncipe).
[9] Para mais informação: http://dialogoregionalrural.org/

estrutura e nos modos de produção dos alimentos. Pretende estabelecer um quadro regional orientador que facilite o vínculo entre as decisões no âmbito das políticas públicas, a gestão ambiental, produtiva e económica, e a gestão para a coesão social e intercultural, a partir de uma abordagem abrangente e sustentável, multi-setorial e territorial

De destacar a referência à proposta da Política de Agricultura Familiar Camponesa, Indígena e Afrodescendente (PAFCIA), enquanto instrumento regional estratégico que resultou de um amplo exercício de definição coletiva por parte de 22 associações comerciais, grémios agro-pecuários e mais de um milhão de agricultores familiares e do sistema de integração da América Central e da República Dominicana (o SICA), e a qual foi apresentada no final de 2017 ao Conselho Agropecuário Centroamericano (CAC). Em concreto, a PAFCIA propõe-se avançar no desenvolvimento e consolidação de um modelo produtivo, inclusivo e territorializado, que garanta produtos inócuos e de qualidade para a segurança alimentar e a soberania nutricional e fortaleça os bens e serviços do ecossistema. Para tal, declara que é fundamental fortalecer as organizações de agricultura familiar a nível nacional e regional e posicioná-la enquanto modelo que contribui para a construção de uma sociedade equitativa, e uma aposta no desenvolvimento humano sustentável. Destaca a agricultura familiar como um modo de vida caracterizado pela realização de várias atividades agrícolas, pescas, aquicultura, agrofloresta, artesanal, processamento, bem como a prestação de serviços rurais e urbanos, dominados pelo trabalho familiar, tanto em parcelas individuais, como nas formas associativas de produção.

> *"É fundamental fortalecer as organizações de agricultura familiar a nível nacional e regional e posicioná-la enquanto modelo que contribui para a construção de uma sociedade equitativa"*

O representante do PDRR deu a conhecer os eixos que dinamizam a proposta da PAFCIA para derivar em diferentes áreas de políticas públicas: □ 1) *Gestão ambiental e produtiva* [Produção Agroecológica Sustentável; Vulnerabilidade, resiliência e adaptação às mudanças climáticas]; □ 2) *Gestão do conhecimento* [Educação tecnológica e inovação; Sistemas de informação; Interculturalidade]; □ 3) *Valor acrescentado à produção* [Gestão empresarial; Processamento de produtos agrícolas; Certificação]; □ 4) *Mercados e comissionamento* [Acesso aos mercados; Integração regional comercial]; □ 5) *Serviços de suporte de produção* [Transferência e inovação; Financiamento; Equipamento; Bens e serviços; Gestão de recursos hídricos]; □ 6) *Institucionalidade* [Articulação da gestão público-privada; Fortalecimento das capacidades institucionais; Participação e diálogo na geração de políticas públicas]; □ 7) *Soberania Nutricional e Segurança Alimentar* [Sem fome e desnutrição; Produção e consumo responsáveis]; □ 8) *Solidariedade e economia social* [Cooperativismo; Associativismo; Autogestão; Empreendedorismo com jovens e mulheres]. Por fim, o representante do PDRR deu conta que a participação no intercâmbio constitui uma oportunidade importante na perspectiva de integrar um processo mais alargado de construção de diretrizes globais para a Agricultura Familiar.

Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM)

O histórico de lutas da COPROFAM [10] remete a 1994, aquando da instauração do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da necessidade de incluir a agricultura familiar nas negociações comerciais do Bloco, então completamente marginalizada no processo de negociação política liderado pelas autoridades governamentais e pelos grandes produtores rurais. Neste

[10] Mais informação em: http://www.coprofam.org/

sentido, a criação da COPROFAM colocou a agricultura familiar no cenário político e permitiu ampliar as suas fronteiras ao que hoje se denomina MERCOSUL Ampliado (Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Argentina, Bolívia e Peru). O coletivo integra atualmente as 9 maiores organizações nacionais de agricultura familiar e camponesa destes países, as quais representam cerca de 30 milhões de agricultores familiares da região.

Após 10 anos de luta pela inclusão da agricultura familiar nas negociações do Bloco, a COPROFAM conquistou a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF MERCOSUL), como plataforma de diálogo e de desenho de políticas públicas com os governos do Bloco, e que se tornou uma grande referência global em termos de diálogo democrático e participativo. Este espaço e resultante reconhecimento são sentidos como a mais importante conquista de sempre da COPROFAM, embora continue a luta pela sua preservação e fortalecimento, não somente com propostas concretas de políticas públicas, mas também com a inclusão de novos atores como a FAO, as universidades, as frentes parlamentares contra a fome, e outros atores internacionais. Outras iniciativas relevantes mencionadas são também os processos formativos e intercâmbios de experiências e boas práticas, as articulações com outras redes regionais, além da contribuição para iniciativas globais como o Ano Internacional da Agricultura Familiar de 2014 e mais recentemente o Decénio da Agricultura Familiar, cujas bases passam também pela COPROFAM e pela CONTAG (membro da COPROFAM e do MSC-CONSAN).

"Quem produzirá alimentos saudáveis no futuro? Quem ajudará a mitigar a fome e os desafios que temos senão nós mesmos?"

Não obstante os esforços realizados, foram também apresentados desafios persistentes com os quais a COPROFAM se depara, nomeadamente, a sucessão rural; a 'estrangeirização' de terras; os processos (incompletos) de reforma agrária; o uso abusivo de agro-tóxicos; os conflitos rurais; as mudanças climáticas; e a conjuntura política atual na região, marcada por retrocessos em direitos e políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar. Perante este cenário de desafios, o representante da COPROFAM encerrou a sua comunicação lançando interrogações à plateia: "Quem produzirá alimentos saudáveis no futuro? Quem ajudará a mitigar a fome e os desafios que temos senão nós mesmos?".

Rede das Organizações Camponesas e dos Produtores Agrícolas da África Ocidental (ROPPA)

O percurso de criação da ROPPA remonta a 1998, tendo sido formalmente criada em 2000. Atualmente, agrega 13 organizações nacionais de agricultores produtores agrícolas de toda a África Ocidental. A rede assume-se como uma ferramenta de defesa e promoção das explorações familiares, elemento basilar da produção agrícola, florestal e pastoral na África Ocidental.Tem como finalidade apoiar as organizações de agricultores para o seu reconhecimento, defesa dos seus direitos e papéis. A fundação da ROPPA parte do reconhecimento de um conjunto de necessidades e desafios como o difícil acesso ao crédito conjugado com a falta de financiamento adequado limitando as capacidades de melhoria quantitativa e qualitativa das produções; a obtenção de rendimentos baixos impossibilita manter um nível de vida digna e sem causar pressões sobre os recursos naturais; a insuficiência das infra-estruturas socioeconómicas nas áreas rurais enquanto limitante do progresso técnico e do desenvolvimento de intercâmbios. Estas e outras problemáticas têm como efeitos o êxodo rural, a vulnerabilidade aos riscos climáticos, o esgotamento de recursos naturais, entre outras.

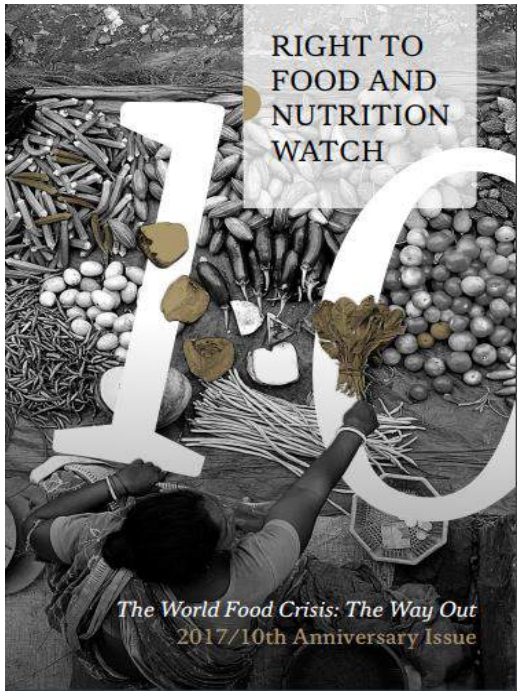
Perante esta conjuntura surgiu a necessidade de operar uma forte mobilização entre os países da região, processo que levou cerca de dois anos a formar-se. Desde logo, a participação na Segunda Conferência das Partes na Convenção para a luta contra a desertificação, permitiu aos vários proponentes observar que, apesar das movimentações governamentais convergentes de criação de políticas e programas de

desenvolvimento rural e do lugar privilegiado que os mesmos concedem aos atores não-governamentais, verificava-se um envolvimento inadequado das organizações de agricultores e dos produtores agrícolas na definição de políticas e envolvimento de programas de desenvolvimento rural.

"a importância da criação de capacidade organizativa por parte dos agricultores, ao nível regional e sub-regional, é reflectida nos melhores resultados e impactos das políticas e programas de desenvolvimento rural"

Neste sentido, após várias reuniões de consulta, organizações de agricultores e produtores agrícolas do Benin, Burkina Faso, Guiné, Gâmbia, Mali, Senegal e Chade, em Ouagadougou, representantes dos ministros responsáveis pelo desenvolvimento rural e parceiros de desenvolvimento concluíram que a importância da criação de capacidade organizativa por parte dos agricultores, ao nível regional e sub-regional, é reflectida nos melhores resultados e impactos das políticas e programas de desenvolvimento rural. Por fim, de destacar a centralidade da construção de consultas dentro dos países e, gradualmente, ir caminhando para o nível sub-regional e regional.

10 Anos de crise alimentar global Lançamento do último número do WATCH



No final do Intercâmbio, foi partilhado o mais recente número da publicação do Observatório do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas *(Right to Food WATCH)*, uma publicação da Rede Global pelo Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (GNRTFN) [11], disponível, desde 2015, também em língua portuguesa.

A GNRTFN é uma iniciativa de interesse público de organizações da sociedade civil e movimentos sociais incluindo camponeses, pescadores, pastores, povos indígenas e trabalhadores agrícolas. O lançamento desta rede, em 2013, foi um marco na construção de ações conjuntas entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais pela realização do DHANA, um dos direitos humanos mais violados em todo o mundo. Desde 2008, a REDSAN-CPLP é membro do Consórcio do WATCH e mais recentemente, membro do Comité de Coordenação do GNRTFN.

> *"Desde 2008, a REDSAN-CPLP é membro do Consórcio do WATCH e mais recentemente, membro do Comité de Coordenação do GNRTFN"*

Este número celebra os 10 anos da publicação, apresentando uma análise do *status quo* mundial do DHANA e apresentação de propostas de medidas públicas participativas e baseadas numa abordagem de direitos. Intitulado "Vencer a crise alimentar mundial", narra em dez artigos um cenário de crises múltiplas e contínuas: desde as mudanças climáticas às regras injustas do comércio global através das grandes fusões de empresas do agronegócio, até ao papel das mulheres na transformação dos sistemas alimentares e do DHANA em situações de emergência. Destaque para a complexidade da crise alimentar mundial e a ideia de que, apesar dos relativos progressos, muitos dos problemas que levaram à persistência da crise continuam a afetar milhões de pessoas. Entre os conflitos violentos nos espaços rurais e a alarmante prevalência de doenças relacionadas com a dieta alimentar em contextos urbanos, são denunciadas algumas causas como o perfil homogéneo do sistema alimentar global, impulsionado pela concentração de poder em corporações transnacionais que reduzem alimentos (bens comuns) a meras mercadorias (*commodities*).

Perante este cenário, é evocada a necessidade de um sistema adequado de governança de SAN, inspirado no CSA Reformado, como é o caso da ESAN-CPLP. A publicação assinala também a necessidade de transformações sistémicas, no sentido de modelos de produção, distribuição e consumo sustentáveis e baseados na justiça social, económica, ambiental e de

> *"Apesar de ter vindo a verificar nos últimos anos uma tendência de cerceamento do seu espaço de atividade, [a sociedade civil] representa ainda uma voz importante na sinalização de problemas e soluções para o sistema alimentar mundial"*

género, e na garantia de todos os direitos humanos. É também relevado o papel da sociedade civil para o fortalecimento da Soberania Alimentar e realização do DHANA, a qual, apesar de ter vindo a verificar nos últimos anos uma tendência de cerceamento do seu espaço de atividade, representa ainda uma voz importante na sinalização de problemas e soluções para o sistema alimentar mundial, através também da divulgação do impacto benéfico da adoção de sistemas alimentares baseados, por exemplo, nos ensinamentos da agroecologia, tema que o Grupo de Trabalho de Agroecologia e Biodiversidade da REDSAN-CPLP tem vindo a tratar. Por fim, a publicação sublinha a necessidade da análise das bacias alimentares locais, ao lado dos agricultores familiares locais, tendo em vista a dinamização de circuitos curtos agroalimentares, enquadrados em políticas públicas baseadas no DHANA, nomeadamente estratégias e conselhos nacionais para a SAN.

[11] Para aceder a este e outros números da revista: http://www.righttofoodandnutrition.org/watch

6 de Fevereiro | Auditório 1

Seminário - Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP

Para preparar a RANAF, foi constituída uma comissão composta por representantes do MAFDR, do Secretariado Executivo da CPLP, do escritório da FAO junto da CPLP, do MSC-CONSAN, do MU-CONSAN e do MSP-CONSAN. Ao longo de 18 reuniões, realizadas entre Julho de 2017 e Fevereiro de 2018, foi sendo desenhado o programa do evento

Entre os resultados da participação do MSC-CONSAN na preparação do Seminário, destaca-se a integração do representante da Plataforma de Camponeses da CPLP (PC-CPLP) na sessão de abertura, um momento simbólico e carregado de significado político, e que permitiu concretizar a reivindicação da sociedade civil de dar voz aos agricultores familiares e camponeses num evento que assumia como objectivo principal, precisamente, discutir sobre a Agricultura Familiar e os seus desafios.

A participação da sociedade civil no Seminário, quer através das intervenções nos painéis, quer na apresentação de contributos dedicada aos mecanismos de facilitação da participação no CONSAN-CPLP, foi preparada paralelamente por via de discussões internas, quer entre os membros do Comité de Coordenação do MSC-CONSAN, quer a nível dos diferentes países, por via das discussões dos diferentes temas por parte das organizações nacionais membros do MSC-CONSAN.

PAINEL 1 | Cooperação Territorial para o fortalecimento da Agricultura Familiar na CPLP

Notas sobre o processo de preparação do Painel

Aquando do começo dos trabalhos da Comissão de Organização da RANAF, foi indicado, por parte do MAFDR, a introdução no programa de uma apresentação das iniciativas de cooperação realizadas em Portugal no âmbito do programa LEADER do PDR2020, tendo sido chamada a participar nas reuniões a Federação Minha Terra (FMT).

É de relembrar que as diretrizes para a agricultura familiar na CPLP integram um eixo dedicado à cooperação[12], enquadrando-a como "fator de dinamização e fortalecimento da agricultura familiar, de prossecução da ESAN-CPLP e de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais", devendo ser promovidas "iniciativas de cooperação e intercâmbio nas áreas da elaboração, implementação e monitoração das políticas de apoio e promoção da agricultura familiar". Para tal, "os Estados-Membros devem valorizar e apoiar as iniciativas já em curso impulsionadas pelos Governos e pela sociedade civil com o apoio de organismos multilaterais".

Atendendo a que a RANAF decorre no contexto do plano de atividades do CONSAN-CPLP, enquanto momento de balanço da implementação das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP, e no âmbito alargado de implementação da ESAN-CPLP, então, qualquer ação de cooperação proposta deverá alimentar diretamente o processo de implementação da ESAN-CPLP nos seus 3 eixos centrais: fortalecimento da governança da SAN; promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis e aumento da disponibilidade interna de alimentos com base nos pequenos produtores.

Foi mantendo presente esta premissa, que o MSC-CONSAN procurou explorar possíveis articulações entre as experiências de trabalho dos Grupos de Ação Local (GAL) com as prioridades de implementação da ESAN-CPLP e os objetivos projetados para a realização da RANAF. Para tal, foram inclusive realizadas reuniões paralelas às da Comissão de Organização da RANAF, no sentido de aprofundar o conhecimento das ações de cooperação realizadas e em curso por parte de ambos os atores e de ponderar as condições necessárias para viabilizar ações conjuntas no quadro da ESAN-CPLP e das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP.

Experiência dos membros do MSC-CONSAN na concretização de ações de cooperação

O representante do MSC-CONSAN expressou palavras de solidariedade para com os Agricultores Familiares da CPLP que vêm enfrentando condições adversas, em particular, aos agricultores e à população portuguesa que em 2017 enfrentaram momentos trágicos devido aos efeitos da seca e dos incêndios florestais, aos agricultores familiares de Cabo Verde que estão a vivenciar uma seca sem precedentes, do Nordeste do Brasil, de Moçambique, e de outros lugares da CPLP e do mundo que estejam em situações similares.

No contexto desta conjuntura, os membros do MSC-CONSAN observam que, no seio da comunidade CPLP, e com o apoio de organizações multilaterais de cooperação, têm vindo a ser construídos instrumentos que contribuem para enfrentar estes fenómenos de forma mais organizada e pro-ativa. Atendendo ao papel que a agricultura familiar desempenha na garantia do modo de vida de milhões de habitantes e na alimentação de mais de 70% da população da região, as iniciativas de cooperação nas áreas da elaboração, implementação e monitoramento das políticas de apoio e promoção da agricultura familiar assumem, assim, grande pertinência. A própria CPLP é um espaço de cooperação por excelência, onde têm sido dados passos significativos em matéria da agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional, em consonância com os ditames propostos pela FAO e pelo CSA.

Em particular, o MSC-CONSAN tem vindo a demonstrar a sua capacidade de facilitação da participação social e de interlocução política da sociedade civil no espaço de governança do CONSAN-CPLP. No âmbito do apoio mútuo ao reforço da governabilidade da segurança alimentar e nutricional, destacam-se experiências como os Fóruns da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (FAFSAN, em 2014 e 2016); o Fórum de Agroecologia (2015); a participação no processo de elaboração das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP através do Grupo de Trabalho da Agricultura Familiar no CONSAN-CPLP, entre outros exemplos.

[12] Ver Diretriz nº 14.

Ambos os FAFSAN assumiram um papel fundamental no processo de construção e aprovação das diretrizes, dado o espaço aí criado para a discussão e reflexão conjunta entre os diversos atores, permitindo a construção de consensos basilares para a viabilização da redação. Estas ações de cooperação têm como ponto positivo fundamental a valorização dos contributos que cada ator tem para dar e, assim, a construção de capacidades para a participação nos espaços de governança política.

Comentário sobre as especificidades do programa LEADER

No que toca a experiências positivas de cooperação entre países da CPLP em ligação com os GAL, no âmbito do programa LEADER, foi referido o exemplo da iniciativa de Ribeirão de Santo Antão, em Cabo Verde, e outras em São Tomé e Príncipe. Os membros do MSC-CONSAN observam, porém, que o quadro de funcionamento de programa confere contornos de unilateralidade às possibilidades de cooperação com territórios da CPLP, pois o modelo de cooperação subjacente está projetado para ações de cooperação entre países europeus onde, por exemplo, ficam cobertas apenas as despesas feitas em Portugal, partindo do pressuposto que os outros países têm recursos para garantir os seus gastos. Por outro lado, o programa é baseado numa abordagem de país "doador" que exporta o seu '*expertise*' no âmbito da abertura e expansão de mercados e de transferência de conhecimentos. Todavia, face à realidade socioeconómica dos países da CPLP, e inclusive, face aos pressupostos de participação e de co-construção subjacentes à ESAN-CPLP, os membros do MSC-CONSAN consideram que esta e outras formas unilaterais de cooperação deverão ser ajustadas.

Prioridades do MSC para ações de cooperação

Na perspetiva do MSC-CONSAN, o exercício de preparação deste painel resultou no entendimento de que, no geral, a própria conceção subjacente a diversos processos de cooperação atuais não são satisfatórios. Surge então a necessidade de buscar alternativas que possam viabilizar outras formas de cooperação, mas, antes de mais, a necessidade de retornar à base dos métodos e pressupostos da cooperação e questionar: Que políticas orientam essas ações e qual o sentido dessas ações face às políticas traçadas? Quem são as pessoas que efectivamente beneficiam das ações de cooperação, em particular, numa visão de longo-prazo?

Desde logo, atendendo ao percurso e experiência de aprendizagens das dinâmicas sinérgicas entre as diversas redes e organizações nacionais da sociedade civil, importa que a cooperação extrapole as orientações da esfera institucional, não podendo o desenho das ações estar limitado a orientações verticais de gestão e por referência a critérios que não se coadunam com a realidade do terreno. Em consequência, quando as especificidades do movimento da sociedade civil, altamente motivado pelo combate à fome e a pobreza extrema, não são levadas em devida conta, as possibilidades dos resultados da cooperação resultam incompletos e limitantes. Esta observação é fundamental para os membros do MSC-CONSAN uma vez que, na sua experiência, num contexto global atual em que as forças são tão desiguais no campo político e económico, e em que o poder do agronegócio é demasiado forte, as organizações de camponeses, agricultores e demais atores da sociedade civil devem beneficiar de iniciativas que as reforcem. Isto significa que estes intercâmbios, onde os camponeses, os agricultores e os demais elementos da sociedade civil são chamados a participar, sirvam para reforçar e fortalecer as condições necessárias para assegurar o exercício da sua participação nas devidas esferas sociopolíticas que integram.

No entanto, verifica-se que, com frequência, as agências financiadoras apoiam esses processos de forma dualista, enquanto processos de financiadores/estados para sociedade civil. Mas, na verdade, nos espaços de cooperação e intercâmbio, apesar de ser válido e também importante, a cooperação que envolvem outros atores como técnicos, os governos, etc., importa que esses espaços de cooperação sejam também espaços de autonomia da sociedade civil, apoiando a sua cooperação direta e favorecendo a construção de capacidades e, aqui, o respeito pelos espaços de autonomia da sociedade civil, na definição das suas necessidades e prioridades, é fundamental. Se não existem estes espaços de encontro e intercâmbio entre si mesmos, então isso esvazia a construção de capacidades da sociedade civil para que ela possa participar.

Para que as organizações de base, os movimentos possam discutir políticas, eles necessitam propor e trabalhar os temas que entendem ser importantes para as suas necessidades e desafios e não apenas em função daquilo que é orientado pelas entidades verticais. Assim, os intercâmbios de cooperação devem assumir como objectivo reforçar e qualificar o próprio processo de participação. No caso do contexto da CPLP, estas condições foram reconhecidas como necessárias de atender e integradas no desenho da orgânica de governança do CONSAN-CPLP.

Procura de soluções

No caso concreto das possíveis ações de cooperação do programa LEADER a decorrerem no âmbito dos países da CPLP, o MSC-CONSAN identificou áreas de intervenção prioritária no âmbito da agricultura familiar, atendendo aos eixos basilares de prioridades estipulados na ESAN-CPLP e que podem assumir a forma de intercâmbios de conhecimento, envolvendo, visitas de estudo, ações de construção de capacidades das redes nacionais e/ou estudos e ações de advocacia em áreas como:

- Governança e Políticas de Alimentação e Nutrição, incluindo ações para desenvolvimento de estratégias locais e conselhos com a participação dos agricultores familiares;
- Programas e iniciativas de alimentação, saúde e nutrição escolar, incluindo educação nutricional, construção de capacidades dos atores escolares e compras locais de alimentos aos agricultores familiares;
- Fortalecimento da agricultura familiar através da construção institucional da agroecologia, do acesso à terra e outros recursos naturais, e acesso a mercados, incluindo dinamização de cadeias curtas e compras públicas.
- Iniciativa SIPAM-CPLP: intercâmbio de conhecimentos entre atores de territórios da CPLP com sistemas importantes património agrícola mundial, incluindo visitas de estudo, construção de capacidades para cartografia sócio-ambiental, diagnóstico de sistemas agrários e turismo inclusivo e sustentável.

O MSC-CONSAN propôs a concertação de esforços no sentido da construção de ações de cooperação entre os países da CPLP nas áreas centrais identificadas nos eixos da ESAN-CPLP, e o Comité de Coordenação do MSC-CONSAN acordou em sua reunião quanto à necessidade de envolver o Secretariado do MSC-CONSAN em tais ações, de forma a garantir a articulação regional das mesmas e a sua coerência política, contribuindo, assim, efetivamente para a implementação da ESAN-CPLP.

PAINEL 2 | **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**

A Fome não espera, a fome mata.
[Geraldo Basilua, CP-CPLP e MSC-CONSAN]

Com este mote, o representante da Plataforma de Camponeses da CPLP e membro do MSC-CONSAN declarou que a aprovação das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP constitui parte crucial de uma estratégia maior na erradicação da pobreza e da fome na região. Neste contexto, urge a implementação de políticas públicas concretas a nível nacional que apoiem os camponeses e agricultores e outros grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade, no acesso aos recursos naturais e produtivos. De sublinhar, o papel que o MSC-CONSAN e a Plataforma de Camponeses da CPLP têm desempenhado para o lançamento das Diretrizes supracitadas e o seu esforço para concretizar uma coerência de atuação em conformidade com as mesmas, no quadro da orgânica de governança do CONSAN-CPLP.

A nível global, destacam-se atualmente outros movimentos com fins congéneres, como é o caso do processo de construção da Carta dos Direitos dos Camponeses e trabalhadores rurais e a aprovação da Década da Agricultura Familiar. Na óptica do MSC-CONSAN, é possível, e desejável, empreender esforços de articulação entre estas iniciativas, de forma a aprofundar o trabalho já em curso na região. O presente painel teve uma forte componente de questionamento sobre as possibilidades de articulação entre estes dois marcos.

No caso da resolução das Nações Unidas que veio aprovar a Década da Agricultura Familiar, esta permitiu criar um espaço de visibilidade aos esforços já a decorrer de formulação de políticas públicas para a agricultura familiar que reconheçam o papel dos agricultores familiares na promoção da segurança alimentar e nutricional global, contribuindo para a erradicação da pobreza e redução da fome, a promoção da biodiversidade, a sustentabilidade ambiental e a capacidade de lidar com os efeitos das migrações. Em resumo, a Década da Agricultura Familiar 2019-2028 lança base para promover as políticas públicas de uma forma particular para benefício dos agricultores familiares e reconhece o papel fundamental dos jovens e das mulheres para a agricultura familiar, tendo estas uma contribuição crucial para a economia agrícola, agora reconhecida no lançamento de 2018 como o ano da mulher rural. Por outro lado, os preceitos colocados por tal resolução podem ser analisados, adaptados e, possivelmente, implementados a nível regional, dada a articulação da Década para a agricultura familiar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente com o ODS 1 (redução da pobreza), no ODS 2 (erradicação da fome) e com o ODS 15 (tornar a terra habitável para todos e todas e garantir o acesso a recursos produtivos e naturais).

> "Este movimento de aproximação entre a Década para a Agricultura Familiar e a Declaração dos Direitos dos Camponeses pode ser ensaiado mais facilmente a nível regional, uma vez que as Diretrizes para a Agricultura Familiar da CPLP apresentam pontos de consonância com estes dois instrumentos internacionais."

Já o processo de construção da Declaração dos camponeses e trabalhadores rurais vem reivindicar de forma veemente o reconhecimento efetivo dos direitos desses trabalhadores, nomeadamente o direito aos recursos naturais e produtivos, o direito à alimentação e à Soberania Alimentar, o direito à terra, os direitos das mulheres, entre outros. Esta iniciativa assume uma importância crucial, quando hoje se verificam diversas e profundas ameaças à sobrevivência destes grupos. Assim, embora existam declarações e recomendações de discriminação positiva da agricultura familiar, a verdade é que a inexistência de instrumentos legais que efetivamente vinculem os Estados ao seu reconhecimento e proteção, continua a vetar os camponeses e agricultores à marginalização.

Neste sentido, importa encontrar pontos convergentes entre estes dois instrumentos, de forma a gerar um diálogo construtivo e de apoio efetivo à agricultura familiar, aproximação que pode ser ensaiada mais facilmente a nível regional, uma vez que as Diretrizes para a Agricultura Familiar da CPLP apresentam pontos de consonância com estes dois instrumentos internacionais. Aliás, os posicionamentos do MSC-CONSAN relativamente às diversas versões das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP estiveram assentes na própria proposta de Declaração dos Direitos Campesinos!

Painel 3 | **Quadros Legais e Institucionais para Reconhecimento da Agricultura Familiar**

Face ao exposto nas apresentações do painel, foram elencadas na **intervenção do MSC-CONSAN** cinco propostas concretas decorrentes do seu processo de consensualização interna, nomeadamente:

1) A criação de um quadro legal e institucional que reconheça a importância da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar e nutricional;
2) Reivindicar aos Estados Comunitários a criação de uma linha orçamentária específica para o apoio da agricultura familiar que destine pelo menos 10% do orçamento dos Estados para este setor;
3) Formular políticas públicas específicas e diferenciadas que estejam orientadas para facilitar o acesso à terra e demais recursos económicos e produtivos por parte dos agricultores familiares;
4) Desenvolver registos e cadastros dos agricultores familiares;
5) Consolidar (ou criar, nos países onde ainda não foram estabelecidos) conselhos nacionais enquanto espaço de diálogo social e político que simultaneamente permita congregar esforços para a monitorização do processo da implementação da ESAN-CPLP e das Diretrizes para a Agricultura Familiar na CPLP.

De valorizar e destacar também as contribuições dos representantes dos restantes mecanismos de participação social no CONSAN-CPLP, os quais, a partir de diferentes enfoques, sinalizaram necessidades de igual premência no âmbito do reconhecimento legal e institucional dos agricultores familiares. No caso da **intervenção do MSP-CONSAN**, foram elencadas propostas concretas para a definição do Estatuto do Agricultor Familiar, nomeadamente:

1) Formular um documento de reconhecimento do Estatuto do Agricultor Familiar;
2) Considerar o Agricultor Familiar como sujeito privilegiado de acesso a crédito, seguros e formação para a produção agrícola;
3) Incentivar o associativismo do Agricultor Familiar;
4) Considerar o Agricultor Familiar como agente de gestão sustentável dos solos e dos recursos hídricos.

Na **intervenção do UM-CONSAN**, foi salientada a necessidade de valorizar a agricultura familiar e de uma maior articulação entre os mercados, os acessos e a promoção dos alimentos produzidos localmente e pelas famílias, sobretudo dos alimentos provindos dos pequenos produtores. À semelhança da intervenção anterior, foi realçada a necessidade de capacitação dos agricultores familiares da CPLP, deixando propostas concretas a este nível, em particular:

1) Realizar um levantamento de oportunidades e competências;
2) Formar um grupo de trabalho para a elaboração de um quadro de propostas formativas e propiciar o intercâmbio de conhecimento entre regiões;
3) O MU como forte apoiante das outras instituições nos esforços de caracterização do conceito de agricultura familiar, em particular, pelo aumento das linhas de investigação neste âmbito.

Painel 4 | **Políticas Públicas e Cooperação para a Produção Sustentável e Acesso a Serviços e Mercados**

A representante do FBSSAN e membro do MSC-CONSAN participou desta mesa como oradora, tendo destacado a centralidade das compras públicas de alimentos como instrumento de garantia do DHANA, pela promoção de uma alimentação saudável e adequada em consonância com a valorização dos hábitos e alimentos locais e regionais.

Uma grande parte dos Estados-membros da CPLP tem vindo a desenvolver políticas diferenciadas que articulam o apoio à comercialização de produtos com origem na agricultura familiar com ações de promoção da segurança alimentar e nutricional, com particular enfoque nos programas de alimentação escolar. Importa que estes programas favoreçam os modos de produção agroecológicos, como forma de garantir a ligação entre a origem dos alimentos e a sua qualidade para consumo humano, a par do respeito pela dimensão ambiental e de integração da atividade produtiva nos territórios concretos. Por outro lado, observa-se que as referências ao acesso aos mercados por parte de outros atores é, com frequência, focada no setor privado, sem que sejam reflectidas preocupações de redistribuição justa dos ganhos e da complementaridade.

Foi apresentado nesta oportunidade o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que nasce em 2003 sob os auspícios do CONSEA, dentro do espírito da participação social e no contexto do programa Fome Zero.

A implementação deste programa constituiu uma ação de fomento para diversificar a produção, procurando respeitar as identidades tradicionais e realizar uma discriminação positiva dos produtos de base agroecológica, tendo havido um acréscimo de 30% da importância paga para os alimentos produzidos de acordo com este método. Desta forma, é possível valorizar os alimentos produzidos localmente em consonância com os hábitos alimentares culturais, em alternativa aos alimentos ultraprocessados, sem qualidade e nocivos para a saúde.

"Importa que estes programas favoreçam os modos de produção agroecológicos, como forma de garantir a ligação entre a origem dos alimentos e a sua qualidade para consumo humano, a par do respeito pela dimensão ambiental e de integração da atividade produtiva nos territórios"

De ressaltar também as modalidades do PAA (compras diretas, formação de *stock* e compra com doação simultânea) com acento especial na modalidade de "Compra com Doação Simultânea", responsável pela vitalização da produção realizada pelas mulheres agricultoras familiares e um estímulo à diversificação da produção e que permitiu que as mulheres se envolvessem nesse programa, havendo assim um aproveitamento total dos alimentos produzidos. Esta modalidade permite evitar o desperdício, conjuntura possibilitada pela garantia de preço e de compra pelo Estado.

De referir também o Programa de Aquisição de Sementes que tinha por objetivo principal valorizar as sementes tradicionais, para serem compradas pelo Estado e depois entregues aos agricultores/as que estavam em falta deste recurso fundamental. Esta iniciativa é fundamental para a construção de condições de resistência face ao risco de privatização e monopólio dos recursos fitogenéticos por interesses económicos que priorizam as sementes transgénicas e desse modo, ferem, em diversos níveis, diretamente, os direitos das agricultoras/es, nomeadamente o direito à Soberania Alimentar.

Outra política pública de sucesso a ter em conta é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que estabelece que, pelo menos, 30% das compras para alimentação escolar sejam oriundas da agricultura familiar. De frisar que foi dispensado o instrumento da licitação pela chamada pública a favor dos sistemas participativos, visto que os sistemas atuais de certificação são muitas vezes inviáveis para a realidade dos agricultores/as familiares.

Esta apresentação foi particularmente importante no sentido de sublinhar que os programas que visam diferenciar a agricultura familiar precisam ser pensados a partir de uma abordagem de direitos humanos, principalmente a partir da premissa da realização do DHANA, para poder fornecer alimentação de qualidade, em articulação com as diferentes componentes da produção, das culturas locais e dos territórios. Para que esse processo seja efetivado, é fundamental a participação social da agricultura familiar nos espaços de governança.

Face ao tema do Painel e às apresentações aí realizadas, a **intervenção do MSC-CONSAN** visou apresentar propostas que visam imprimir nas medidas e ações feitas no âmbito do acesso aos mercados pela agricultura familiar, o disposto nas Diretrizes para a Agricultura Familiar da CPLP, nomeadamente:

1) A elaboração e implementação de programas de compras públicas, em particular, os programas de alimentação pública, devem priorizar os alimentos produzidos pela agricultura familiar;
2) A definição de acordos de comércio preferencial para produtos de qualidade diferenciada devem garantir que os benefícios gerados são justamente distribuídos por todos os elos da cadeia e, assim, privilegiar e discriminar positivamente os agricultores familiares;
3) A criação de legislação para os produtos de qualidade diferenciada, deve favorecer particularmente modos de produção sustentáveis, em particular, a produção de base agroecológica, sendo importante garantir a realização de um debate alargado sobre os mesmos entre os vários atores implicados na definição destes quadros legais;
4) A inauguração do centro de competências regional para a agroecologia em São Tomé e Príncipe é um contributo importante para a proteção e valorização da agricultura familiar;
5) A definição de políticas públicas neste campo deve assumir como aspeto central a construção e implementação de mecanismos alternativos de certificação participativa que reduzam os custos para os agricultores familiares.

7 de Fevereiro | Auditório 1
Assinatura da Carta de Lisboa

Um dos principais objetivos da RANAF consistiu na redação conjunta e assinatura da Carta de Lisboa[13]. A sua construção foi orientada sob o pressuposto de reflectir uma atualização do processo de implementação das diretrizes para a agricultura familiar em cada país da CPLP e, a partir daí, traçar metas, vinculando os vários Estados-membro e demais atores do CONSAN-CPLP em torno de compromissos futuros.

Uma versão do documento foi trabalhada entre os membros da Comissão de organização da RANAF até ser consensualizada uma versão preliminar, ainda sujeita a alterações no próprio dia do seminário, em função das conclusões das discussões aí realizadas. Este processo de trabalho foi muito positivo, na medida em que permitiu agregar os diversos membros da Comissão em torno do objetivo comum de redigir um documento representativo da realidade da agricultura familiar nos países da CPLP, discutindo os atuais desafios e necessidades e projetando cenários de futuro. Permitiu, também, a partilha de informação sobre o percurso e os diferentes marcos históricos da CPLP e do CONSAN-CPLP, revestindo as reuniões de um carácter pedagógico para todos os envolvidos. Além de permitir esta "aculturação" no CONSAN-CPLP, tal espaço permitiu também fortalecer relações entre os diferentes atores, harmonizar os diferentes níveis de conhecimento sobre a lógica subjacente ao trabalho do CONSAN-CPLP e temperar pressupostos já consolidados entre atores com maior longevidade nestes processos com a perspectiva de participantes mais recentes. Uma das conclusões deste processo de trabalho conjunto é que importa valorizar o processo e não apenas o resultado final, sendo necessário garantir condições que permitam aprofundar discussões e esclarecimentos, evitando o risco de atropelos e de criação de consensos frágeis. Em processos futuros, importa asseverar períodos de tempo mais alargados para maior eficiência das discussões e redação.

> *"importa valorizar o processo e não apenas o resultado final* (...) tornou-se evidente que vários temas necessitam de ser amplamente discutidos, e em profundidade, entre os diversos atores membros e participantes do CONSAN-CPLP"

[13] O documento integral está disponível em: https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5610&M=NewsV2&PID=10872.

Por outro lado, tornou-se evidente que vários temas necessitam de ser amplamente discutidos, e em profundidade, entre os diversos atores membros e participantes do CONSAN-CPLP, de forma a aprofundar e/ou atualizar consensos já previamente estabelecidos.

Não obstante a insistência do MSC-CONSAN, não ficou concretizada a integração de marcos temporais concretos na Carta, com destaque, por exemplo, para a concretização de debates nacionais alargados sobre a agricultura familiar; seguidos da criação de conselhos nacionais nos países onde ainda não existam ainda antes do próximo CONSAN-CPLP; a formulação de Estatuto da agricultura familiar e de leis para efectivar o reconhecimento legal da agricultura familiar; a criação, ou harmonização, de registos nacionais; a formulação de políticas públicas diferenciadas, etc. Contudo, alguns elementos centrais se destacam da Carta de Lisboa assinada por todos os atores envolvidos no processo, nomeadamente o compromisso relativo a:

- Ampla discussão nacional sobre a agricultura familiar e o seu reconhecimento legislativo;
- Implementação e atualização de registos dos agricultores familiares, de forma a promover políticas públicas intersectoriais diferenciadas;
- Rever ou criar um quadro regulamentar adequado e a apoiar sistemas de garantia participativa da qualidade no seio da CPLP por forma a promover ativamente a qualificação e o reconhecimento dos produtos da agricultura familiar;
- Adequar o quadro regulamentar da contratação pública de forma a permitir canalizar recursos financeiros para a aquisição de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar que contribuam para a melhoria da dieta alimentar do conjunto da população;
- Apoiar a criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável;
- Debate sobre a agroecologia e outros modos de agricultura sustentável e a promover o seu reconhecimento institucional através de políticas publicas específicas e de ações de sensibilização e construção de capacidades;
- Proteger, promover, respeitar e garantir a gestão participativa do acesso e do uso da biodiversidade, dos recursos naturais, da paisagem e dos conhecimentos tradicionais associados, assim como apoiar a preservação ativa dos sistemas agrícolas tradicionais, através do estímulo de processos de candidatura de Sistemas Agrícolas Património da CPLP ao *Globally Important Agricultural Heritage System* (GIAHS) desenvolvido pela FAO;
- Participar ativamente nos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, ou estruturas equivalentes existentes nos Estados-Membros, e implementar parcerias estratégicas com o Estado e demais atores relevantes, visando a materialização dos compromissos aqui assumidos e a monitorização regular e participativa da aplicação das Diretrizes no âmbito do CONSAN-CPLP;
- Desenho e montagem de programas de cooperação, e mobilização dos recursos necessários visando o reforço da governança participativa da segurança alimentar e nutricional, a consolidação de programas de alimentação escolar, e outros programas de saúde e nutrição que promovam compras públicas dos produtores familiares e o fortalecimento da agricultura familiar.

A intervenção final do MSC na RANAF reflectiu precisamente o reconhecimento das conquistas e as reivindicações acima referidas, sublinhando a função basilar que os agricultores e camponeses têm vindo a desempenhar ao longo da história em alimentar o mundo. Este papel encontra-se hoje gravemente ameaçado por múltiplas fontes, sendo crucial proteger o direito à terra, às sementes e demais recursos naturais e produtivos, assim como garantir preços justos para os alimentos produzidos. Partindo da centralidade do papel da agricultura familiar e da exclamação de que esta tem sido, e continua a ser, marginalizada, a intervenção visou, porém, declarar a vontade da sociedade civil em manter a sua postura de colaboração para a construção de um futuro onde a função de alimentar o mundo seja um trabalho dignificado.

7 de Fevereiro | Auditório 3
Eventos da Sociedade Civil

Face aos principais elementos conquistados na Carta de Lisboa (ver item anterior), o MSC-CONSAN, a Plataforma de Camponeses da CPLP e a REDSAN-CPLP (incluindo o Grupo de Trabalho de Agroecologia e Biodiversidade da REDSAN-CPLP) reuniram no sentido de aprofundar discussões e espaços de partilha com outros atores convidados, explorando possibilidades de colaboração futura entre os diferentes mecanismos de participação social do CONSAN-CPLP.

Destacam-se como principais resultados destas discussões:

- Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP
- Monitoramento da ESAN-CPLP numa abordagem de direitos humanos
- Rede das Margaridas da CPLP
- Iniciativa dos Sistemas Importantes de Património Agrícola Mundial da CPLP

Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP

Partindo da constatação da inviabilidade eco-socio-ambiental do atual modelo de produção agrícola, a proposta de criação de um Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP surge de um diagnóstico comum entre sociedade civil, investigadores e atores governamentais, sobre a necessidade de construir práticas e estratégias que permitam consolidar um modelo de produção promotor de sustentabilidade ecológica no meio rural.

São particularmente expressivas as consequências da agricultura convencional sobre a agricultura familiar[14], e que têm vindo a contribuir para a redução das oportunidades de trabalho e de rendimento no meio rural. A expressão mais visível deste fenómeno e, de um modo geral, comum aos países da CPLP, é a tendência de evasão dos jovens do meio rural e, em extremo, a exclusão socioeconómica dos agricultores familiares.

[14] Sobretudo, devido ao fomento de tecnologias intensivas em capital e inacessíveis aos AF, a concentração da posse da terra e do rendimento, a redução das ocupações no campo com a intensificação do uso da mecanização agrícola e de agro-químicos.

Várias vozes têm apontado a Agroecologia como um modo de desenvolvimento agrícola que contribui de forma decisiva para a soberania alimentar, para a preservação da agrobiodiversidade e para o desenvolvimento económico. Sendo a Agroecologia um cruzamento entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, ela adquire uma dimensão ambiental, social, económica, cultural e política, que a posicionam não como uma nova técnica agrícola mas como um paradigma de ruptura epistemológica.

No contexto destes desafios, os membros do MSC-CONSAN, da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP diagnosticaram a ausência de informação e de formação sobre a proposta agroecológica, e têm vindo a defender, desde o FAFSAN I, a urgência da democratização do acesso ao conhecimento e à informação sobre este tema. Aquando do FAFSAN I (que teve lugar em São Tomé, em 2015), os membros do MSC-CONSAN defenderam a importância da promoção do processo de conscientização, transição e implementação de um sistema de desenvolvimento rural sustentável, nomeadamente sistemas agroecológicos nos países membros da CPLP.

"os membros do MSC, REDSAN e PC-CPLP diagnosticaram a ausência de informação e de formação sobre a proposta agroecológica (...) e têm vindo a defender a urgência da democratização do acesso ao conhecimento e à informação sobre este tema"

Tal processo teria como base o intercâmbio técnico, social e cultural entre agricultores, técnicos e formadores, com uma abordagem dialógica e participativa que permita construir as melhores estratégias para o Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar e para o processo TRANSIÇÃO para a Produção em bases Agroecológicas.

Desde então, este tema tem sido incluído nas diferentes reuniões e sessões do CONSAN-CPLP e eventos promovidos pelo MSC-CONSAN, tendo sido iniciado um processo de construção de levantamento e sistematização de informação relevante, coordenado pelo MSC-CONSAN, com o apoio do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe, com o objetivo de identificar áreas temáticas de formação prioritárias, que deverão ser articuladas entre os conhecimentos teóricos e práticos já existentes, mas também a produção de novos conhecimentos e indicadores que viabilizem uma estratégia de desenvolvimento rural para a agricultura familiar nos países-membros da CPLP, e através de uma metodologia de construção do conhecimento fundada no uso dos ecossistemas e das inovações sociais e tecnológicas que respeitem, sobretudo, a diversidade sociocultural dos povos.

Assim, são propostos 3 eixos basilares para o Centro de Competências:

I - Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional

II – Promover e difundir o uso sustentável dos recursos naturais

III – Valorizar a agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade

Ficou acordado que uma primeira versão da proposta de documento estratégico e plano de ação para o Centro de Competências será partilhada com os diferentes Mecanismos até ao próximo dia 15 de abril de 2018, para comentários e sugestões a encaminhar até 23 de abril de 2018. Uma nova versão será então sistematizada, reunindo os contributos e sugestões, para encaminhamento e discussão com os atores são-tomenses relevantes.

Monitoramento da ESAN-CPLP numa abordagem de direitos humanos

O Comité para a Segurança Alimentar Mundial (CSA) é o principal fórum internacional para a política de SAN, que aborda questões fundamentais para as lutas dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil pelo DHANA. Embora as decisões e recomendações do CSA não sejam vinculativas para os Estados-membro, mas apenas voluntárias, o exercício de monitoramento permanece primordial. De facto, grande parte do valor e legitimidade do CSA reside precisamente na sua capacidade de monitorar a prestação de contas, assegurando a conexão e o diálogo entre os níveis nacional, regional e global e, assim, garantindo a implementação dos compromissos conquistados nos fóruns internacionais. É neste contexto que o CSA realizará um processo de monitoramento das "Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional", adoptadas em 2004, e cujos resultados serão apresentados durante a 45ª reunião, em outubro de 2018.

Os eventos de monitoramento relacionados com o CSA a nível nacional e regional representam uma oportunidade única, de criação, ou fortalecimento, de espaços nacionais e regionais, onde os diversos atores envolvidos podem convergir e dialogar, criando sinergias para uma maior responsabilização.

"No caso concreto da CPLP, o processo de monitoramento deverá ter lugar no âmbito do CONSAN-CPLP, enquanto espaço multi-setorial e multiatores, contribuindo, assim, para o monitoramento da implementação da própria ESAN-CPLP"

Assim, no caso concreto da CPLP, o processo de monitoramento deverá ter lugar no âmbito do CONSAN-CPLP, enquanto espaço multi-setorial e multiatores, contribuindo, assim, para o monitoramento da implementação da própria ESAN-CPLP. Propõe-se que estes exercícios tenham lugar, sempre que possível, nos conselhos nacionais dos países da CPLP, promovendo e consolidando o diálogo das redes e organizações membros do MSC-CONSAN com os atores governamentais e outros presentes nos respectivos conselhos nacionais.

Cada país terá de atender ao seu próprio contexto e particularidades para abordar este processo de monitoramento do DHANA. No entanto, o MSC-CONSAN consensualizou algumas orientações e questões-guia para apoiar a realização de tais exercícios nos países da CPLP, assentes nos três eixos da ESAN-CPLP.

Cronograma provisional do processo de monitoramento

- → **Outubro 2017 |** Reunião do Grupo de Trabalho de Monitoramento do MSC-CSA (Roma)
- → **Novembro 2017 a Abril 2018 |** atividades de monitoramento, consultas e colecta de informação
- → **Fevereiro 2018 |** partilha de questões-chave e metodologia de trabalho (Lisboa, 5 a 7 de Fevereiro, 2018) e reunião *skype* do CC do MSC para discussão das mesmas (23 de Março, 2018)
- → **Março 2018 |** Reunião GT monitoramento do MSC-CSA (Roma, 21 a 23 de Março de 2018)
- → **Até Abril 2018 |** Aplicação de questionário e eventos nacionais; envio dos resultados dos eventos nacionais e dos questionários recebidos
- → **Maio de 2018 |** sistematização da informação e envio do relatório regional
- → **Junho de 2018 |** relatório traduzido e partilhado com o Grupo de Trabalho de Monitoramento e outros atores para comentários
- → **Julho de 2018 |** evento regional do CONSAN-CPLP (Cabo Verde)
- → **Julho de 2018 |** comentários do Grupo de Trabalho de monitoramento
- → **Agosto de 2018 |** finalização do relatório, incluindo contributos do Grupo de Trabalho de monitoramento e resultados da reunião do CONSAN-CPLP
- → **Setembro de 2018 |** tradução do relatório
- → **Outubro de 2018 |** participação no evento temático global do CFS; participação no lançamento do relatório das Organizações da Sociedade Civil; evento paralelo co-organizado pelo MSC-CONSAN e governos interessados (Cabo Verde, Brasil, São Tomé e Príncipe)

Rede das Margaridas, uma iniciativa pelas mulheres rurais

Reconhecendo o papel prioritário e a urgência de reconhecimento da ação estratégica das mulheres para a Soberania e SAN, assim como a necessária promoção da igualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos produtivos e económicos, a articulação e consolidação da Rede das Margaridas da CPLP assume particular importância. Empreendido no seio da Plataforma de Camponeses da CPLP e assumindo forma mais explícita em Maputo, Moçambique, em 2016, a mobilização resulta de um esforço conjunto que salienta o protagonismo das trabalhadoras rurais na produção de alimentos de qualidade e a sua função valiosa e inestimável de guardiãs de sementes e promotoras da biodiversidade agrícola. Considerando que o empoderamento das mulheres rurais é uma estratégia primordial de promoção do DHANA em prol da instauração do estado de Soberania e SAN, coloca como sendo absolutamente fundamental que todos os países membros da CPLP – sobretudo aqueles em que a população de trabalhadoras rurais é especialmente expressiva – estejam envolvidos e ativos no processo de articulação e fortalecimento da Rede das Margaridas.

Mais que uma mensagem política, a Rede das Margaridas da CPLP deve ser um compromisso político.

Também se salientou a correlação intrínseca existente entre a promoção do direito das mulheres rurais e a prática da agroecologia. Foi levantada a questão da necessidade de pensar na esquematização de como seria feito o futuro monitoramento da implementação da Rede das Margaridas como parte da ESAN-CPLP. A inclusão da pauta das mulheres rurais nos processos políticos tem de ser um compromisso dos conselhos de cada país da região, tendo sido sugerida a possibilidade de um encontro paralelo sobre a mulher rural no próximo CONSAN-CPLP em Cabo Verde.

Está presentemente a ser elaborado um plano de ação para a Rede das Margaridas da CPLP, que será partilhado pelos membros no mês de Abril de 2018 para contributos e sugestões, visando mapear as organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres/mulheres rurais em cada país da CPLP; planear a organização da mobilização desses atores; sensibilização, comunicação da mensagem e chamada para o compromisso político; construção de capacidades.

Em resultado do processo de construção desta articulação regional para a promoção dos direitos das mulheres rurais, a Rede das Margaridas da CPLP foi convidada pela Secretária Executiva da CPLP para participar nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, organizadas pela CPLP sob o tema "A mulher rural como agente transformador do desenvolvimento na CPLP"[15]. A participação da Rede nesta iniciativa permitiu visibilizar e dar voz às mulheres rurais no acesso igualitário a recursos económicos e produtivos, e gerar algumas sinergias importantes para o futuro da rede.

> *"o empoderamento das mulheres rurais é uma estratégia primordial de promoção do DHANA em prol da instauração do estado de Soberania e SAN"*

Iniciativa dos Sistemas Importantes de Património Agrícola Mundial da CPLP

Em Junho de 2017, por ocasião da II sessão extraordinária do CONSAN-CPLP, a iniciativa regional SIPAM foi inscrita no plano de ação 2017/2018 do CONSAN-CPLP, com aprovação por unanimidade dos diferentes atores (governos dos diferentes países de língua portuguesa e mecanismos legalmente constituídos), tendo sido atribuída a responsabilidade de coordenação desta iniciativa regional ao MSC-CONSAN e redes nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional que o integram.

[15] Veja o vídeo da iniciativa em: https://youtu.be/Pxfxrc5ACZ8

Durante a RANAF, os Estados-Membros reconfirmaram e reforçaram o seu compromisso com a implementação da Iniciativa SIPAM na CPLP, o qual ficou inscrito, como salientado atrás, na própria Carta de Lisboa, assinada por todos os Estados-Membros, pela Secretária Executiva da CPLP, pelo Diretor-Geral da FAO e por representantes dos Mecanismos de participação social no CONSAN-CPLP, nomeadamente, pelo MSC-CONSAN.

Neste contexto, o MSC-CONSAN consensualizou uma proposta de metodologia para o reconhecimento de territórios SIPAM nos países de língua portuguesa, a partir de uma abordagem de direitos, com participação efetiva da sociedade civil, nomeadamente dos agricultores familiares, guardiães destes territórios e conhecimentos tradicionais associados. A implementação da iniciativa SIPAM-CPLP será coordenada tecnicamente pela ACTUAR, secretariado do MSC-CONSAN e da REDSAN-CPLP, com o apoio político, técnico e administrativo local das organizações nacionais membros do MSC-CONSAN e da REDSAN-CPLP.

A iniciativa SIPAM-CPLP tem como objetivo geral contribuir para a adopção de políticas que integram o património agrícola nos programas de desenvolvimento dos países da CPLP, reconhecendo o papel crucial dos agricultores familiares como guardiães desse património.

Os objetivos específicos da iniciativa SIPAM-CPLP consistem em:

- Promover o reconhecimento e conscientização de agricultores familiares, comunidades locais e instituições locais e nacionais quanto à importância e potencialidades de sistemas de património agrícola e as ameaças que enfrentam;
- Identificar mecanismos de mitigação dos riscos de erosão da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, degradação das terras e ameaças colocadas pelos processos de globalização e políticas e incentivos distorcidos. Tais mecanismos deverão estar inscritos nos planos de ação respectivos a elaborar participativamente em cada território SIPAM proposto;
- Contribuir para a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, através da promoção de métodos de produção agrícola sustentáveis;
- Coordenar as ações nacionais, a partir de uma metodologia comum, desenvolvida e consensualizada pelos pontos focais de todos os países da CPLP, com os esforços regionais em curso na região, contribuindo para a implementação da ESAN-CPLP, aprovada em 2012.

Estão, presentemente, a ser envidados esforços no sentido de promover o lançamento da iniciativa SIPAM-CPLP em Cabo Verde, em 2018, no âmbito da realização da próxima sessão do CONSAN-CPLP.

Encontro com a equipa do estudo sobre agricultura familiar na CPLP

A equipa do estudo "Intercâmbio de experiências e diálogos sobre políticas públicas para a agricultura familiar na África" [16] esteve presente na RANAF e contatou o MSC-CONSAN para participar num momento de apresentação dos resultados da pesquisa até então obtidos, convite esse que o MSC-CONSAN aceitou.

Este estudo foi apresentado na última reunião do GT de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, momento em que o MSC-CONSAN sublinhou que uma pesquisa dedicada ao estudo do reconhecimento da agricultura familiar deve incluir a participação dos camponeses e agricultores, sob risco de contribuir para a manutenção da tendência de outros atores dentro do campo académico, governamental e outros, em tutelar os agricultores e os camponeses.

Em 27 de junho de 2017, o MSC-CONSAN enviou formalmente suas reflexões e preocupações relativas ao processo de construção desta iniciativa (ver documento em anexo). Desde então, o MSC-CONSAN tem vindo a acompanhar as reuniões *skype* do Grupo de Acompanhamento do projeto. Destacam-se como principais questões que têm vindo a ser introduzidas pelo MSC-CONSAN nas discussões deste Grupo:

[16] Projeto de Cooperação Sul-Sul Trilateral Brasil-FAO-GCP/RAF/498/BRA, que assume como finalidade primária fornecer subsídios para a caracterização da agricultura familiar em alguns dos países da CPLP, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

- Necessidade de incluir reflexão sobre a identidade dos camponeses e agricultores, como são percebidos e como se auto-definem, procurando colher, em "fonte primária", elementos e critérios que melhor definam as diversas características dos modos de vida no meio rural nos diferentes países, enriquecendo a discussão e concetualização sobre a agricultura familiar;
- Importância de incluir como categoria de pesquisa a "construção e gestão do conhecimento", de forma a valorizar e reconhecer a importância dos saberes dos próprios agricultores na construção e manutenção de sistemas agroalimentares sustentáveis;
- Necessidade de incluir uma categoria de análise sobre as formas de apropriação e de uso da terra, pois atualmente decorrem mudanças nos marcos legais de acesso à terra e ameaças de processos de mercantilização e estrangeirização crescentes que colocam em risco a reprodução social dos camponeses. A inclusão desta categoria permite também que o estudo reflita a atualidade dos processos em curso como a concretização do Pacto multi-atores para a governança sustentável da terra na CPLP;
- Realizar escutas às organizações de agricultores familiares e camponeses em todo o processo para que a pesquisa reflicta a realidade concreta do terreno, inclusive, a indicação de pontos focais pertencentes à Plataforma de Camponeses da CPLP para que participem na indicação dos consultores da pesquisa em cada país.

Sobre este último aspeto, foi solicitado ao longo de todo o processo que o secretariado do MSC-CONSAN fosse colocado ao corrente dos diversos passos da pesquisa para garantir a melhor articulação possível com as organizações de camponeses e agricultores. Não obstante este pedido, decorreram algumas situações que evidenciaram falta de articulação do estudo com o MSC-CONSAN, e que foram discutidas durante este encontro. A discussão destas situações fez com que tenha ficado impossibilitada a apresentação prevista dos resultados do projeto.

O MSC-CONSAN sublinhou a importância de futuras ações de cooperação sobre a ESAN-CPLP e particularmente sobre a agricultura familiar na CPLP incorporem, desde a sua génese e construção, e em todos os momentos de implementação, a participação dos diferentes atores e muito particularmente do MSC-CONSAN, fortalecendo a institucionalidade prevista na própria ESAN-CPLP.

..

Comunicação e Visibilidade

Comunicados de imprensa

12.02.2018 | "SOCIEDADE CIVIL DA CPLP ASSINA CARTA DE LISBOA PELO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CPLP": https://www.msc-consan.org/notiacutecias/sociedade-civil-da-cplp-assina-carta-de-lisboa-pelo-fortalecimento-da-agricultura-familiar-na-cplp

"Não obstante, a importância dos compromissos veiculados nesta Carta de Lisboa para a Agricultura Familiar em toda a CPLP, o MSC-CONSAN considera que existem ainda passos importantes a percorrer no sentido da implementação dos eixos estratégicos da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) no que concerne ao reforço claro do compromisso dos diferentes atores nos processos de monitoramento."

"Importa que os membros e participantes do CONSAN-CPLP envidem esforços para a realização de um exercício de monitorização do Direito Humano a uma Alimentação Adequada nos países da CPLP, a partir de uma abordagem da própria Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP."

"A afirmação deste compromisso de monitorização é importante quando o próprio CONSAN-CPLP não tem reunido com regularmente junto da Cimeira de Chefes de Estado e Governo, quando o CONSAN-CPLP não teve o seu orçamento concretizado pelos Estados Membros."

"Consideramos importante levar os resultados deste monitoramento à próxima reunião do CONSAN-CPLP (Julho 2018, Cabo Verde) e ao Comité Mundial para a Segurança Alimentar (Outubro 2018, Roma)."

"Acreditamos que o inovador quadro institucional e legislativo de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP representa um exemplo a considerar para outras regiões e comunidades políticas em todo o Mundo, sendo de extrema importância o intercâmbio de experiências sobre segurança alimentar e nutricional com outras comunidades políticas em todo o Mundo."

05.02.2018 | "MSC-CONSAN-CPLP DEBATE PRIORIDADES PARA O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR DURANTE A REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)": https://www.msc-consan.org/notiacutecias/msc-consan-cplp-debate-prioridades-para-o-futuro-da-agricultura-familiar-durante-a-reuniao-de-alto-nivel-sobre-agricultura-familiar-na-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp

"Existem ainda passos importantes a percorrer no sentido de implementação dos eixos estratégicos da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) no que concerne a governança participada da Segurança Alimentar e Nutricional e reconhecimento da Agricultura Familiar através da criação e fortalecimento dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Estatutos Nacionais de Agricultura Familiar nos países-membros da CPLP, construídos através de uma ampla participação dos mecanismos nacionais de representação da sociedade civil, universidades e sector privado."

"O MSC-CONSAN, participará no âmbito do Comité Global de Segurança Alimentar no exercício de monitorização do Direito Humano a uma Alimentação Adequada nos países da CPLP, a partir de uma abordagem da própria Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.Acreditamos que o mesmo processo de monitorização deverá decorrer inclusive no âmbito dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional de todos os Estados-Membros da CPLP."

02.02.2018 | "PORTUGAL RECEBE (5-7 FEV 2018) REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)": https://www.msc-consan.org/notiacutecias/comunicado-de-imprensa-222018-portugal-recebe-5-7-fev-2018-reuniao-de-alto-nivel-sobre-agricultura-familiar-na-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesacplp

"Espera-se que os diferentes atores presentes – membros dos governos dos países da CPLP, Diretor Geral da FAO-Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, sociedade civil, setor privado e universidades da CPLP- se reúnam partilhando experiências, conhecimentos e aprendizagens em torno dos avanços conseguidos desde a aprovação das Diretrizes, Tem também como objetivo estabelecer os próximos passos conjuntos para o percurso de implementação das Diretrizes nos diferentes países, os quais serão materializados na assinatura da Carta de Lisboa por todos os participantes e membros."

Vídeos

Disponíveis no canal *youtube* do MSC-CONSAN:
https://www.youtube.com/channel/UCUHNrKOvCHNuLuK_YjNolbw?view_as=subscriber

Notícias

06.02.2018 | PÚBLICO, "Agricultura familiar é fundamental para «erradicar a fome», diz FAO": https://www.publico.pt/2018/02/06/economia/noticia/agricultura-familiar-e-fundamental-para-erradicar-a-fome-diz-fao-1802178

AGRICULTURA

Agricultura familiar é fundamental para "erradicar a fome", diz FAO

"Erradicar a pobreza e a fome e alcançar sustentabilidade ambiental nas próximas décadas dependerá criteriosamente da agricultura familiar". O alerta é feito pelo brasileiro José Graziano da Silva, Director-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), que se encontra em Lisboa para uma reunião de alto nível sobre agricultura familiar nos países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

"os estados membros devem facilitar aos pequenos agricultores o acesso à terra e a outros recursos naturais, por exemplo, "democratizando o acesso sustentável à água potável para consumo humano e para a produção agrícola". Mas também – e aqui toca-se num ponto sensível – "promover a protecção, conservação e utilização de sementes tradicionais utilizadas pela agricultura tradicional e comunidades tradicionais"

07.02.2018 | LUSA, DN: "FAO organiza programa sobre agricultura familiar que poderá beneficiar países lusófonos": https://www.dn.pt/lusa/interior/fao-organiza-programa-sobre-agricultura-familiar-que-podera-beneficiar-paises-lusofonos-9103930.html

"Tanto Portugal como a FAO coincidem que a CPLP é um mecanismo muito importante de integração (...). É uma instituição presente em quatro continentes e tem-nos permitido levar adiante a temática da alimentação e da agricultura familiar, que é a grande base social dos países que integram a CPLP.

DN Lusa

FAO organiza programa sobre agricultura familiar que poderá beneficiar países lusófonos

Internacional

07 DE FEVEREIRO DE 2018 15:18

Lusa

A FAO e o FIDA estão a organizar um programa conjunto para financiar a agricultura familiar que poderá beneficiar os países lusófonos, disse hoje o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

"A FAO e o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (CINTI) ficaram

09.02.2018 | VATICAN NEWS, "CPLP: assinada Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar": http://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2018-02/cplp--assinada--carta-de-lisboa-pelo-fortalecimento-da-agricultu.html

VATICAN NEWS PAPA VATICANO IGREJA MUNDO

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e FAO

IGREJA CULTURA E SOCIEDADE FAMÍLIA FAO

CPLP: assinada "Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar"

De acordo com o comunicado de imprensa, esta iniciativa do Governo português, teve como objetivo reconhecer a importância da Agricultura

"O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, que interveio no encerramento dos trabalhos destacou a "máxima pertinência" da aprovação desta posição conjunta, e sublinhou que este setor "está hoje no âmago das políticas públicas"

ANEXOS

1. Carta de Lisboa assinada

2. Comentários do MSC-CONSAN à Nota Conceitual sobre Projeto de Cooperação Sul-Sul Trilateral Brasil-FAO - "Intercâmbio de experiências e diálogos sobre políticas públicas para a agricultura familiar na África", proposto pelo Secretariado Executivo da CPLP a 21 de Junho de 2017

3. Documentos de apoio às discussões/auscultações nacionais temáticas para preparação dos contributos do MSC-CONSAN no Seminário da RANAF

CARTA DE LISBOA

PELO FORTALECIMENTO DA

AGRICULTURA FAMILIAR

Reunião de Alto Nível da CPLP sobre Agricultura Familiar

Lisboa, 7 fevereiro de 2018

Reunidos nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2018, em Lisboa, os Ministros responsáveis pela área da Segurança Alimentar e Nutricional dos Estados-Membros da CPLP, ou seus representantes, acompanhados pelo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo representante do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e por representantes de 17 milhões de agricultores familiares, de 500 organizações da Sociedade Civil, de dezenas de representantes do setor empresarial agrícola, agroindustrial e das universidades e instituições de investigação agrícola da CPLP, celebram um acordo para a valorização da agricultura familiar nos Estados-Membros da CPLP com base nas Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, adiante designadas por DIRETRIZES, aprovadas em junho de 2017 na II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Os compromissos assumidos ficam expressos na presente CARTA DE LISBOA PELO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Esta iniciativa acompanha um movimento de escala mundial. Destaca-se a celebração do Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014, a relevância da agricultura familiar no âmbito da Agenda 2030, a campanha global pela Década da Agricultura Familiar recentemente aprovada ao nível das Nações Unidas, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP). Esta Estratégia está em sintonia com os vários acordos já alcançados, a nível global, no seio do Comité Mundial de Segurança Alimentar, nomeadamente, as Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada, as Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional e os Princípios para o Investimento Responsável na Agricultura.

O objetivo deste acordo consiste em reafirmar os princípios subscritos nas DIRETRIZES e lançar as dinâmicas inerentes à sua implementação nos diferentes Estados-Membros, visando a sua cabal concretização em favor de uma agricultura familiar sustentável.

Mais especificamente, os governos, organizações internacionais e atores sociais presentes na Reunião de Alto Nível da CPLP sobre Agricultura Familiar, confirmam o compromisso de ampliar o reconhecimento das contribuições da agricultura familiar e das comunidades rurais como produtoras de alimentos saudáveis, promotoras de expressões culturais, sociais e de bens públicos que devem ser protegidos e promovidos mediante políticas públicas específicas, diferenciadas e apropriadas, atendendo às singularidades de cada território, nomeadamente as relacionadas com a insularidade.

Reafirmam, também, a necessidade de elaborar, melhorar e reforçar as estruturas institucionais que regulam as políticas de apoio à agricultura familiar e às comunidades rurais, de forma a promover o seu fortalecimento económico e a sua capacidade para tornar mais sustentáveis os sistemas de produção, de comercialização e de consumo de alimentos.

Para a materialização dos objetivos acima expostos no menor prazo possível e no pleno respeito do texto aprovado nas DIRETRIZES – "Reconhecimento, identificação e promoção da agricultura familiar"; "Quadros políticos, legais e institucionais"; "Meios de produção, acesso a mercados e garantia de rendimento"; "Proteção e promoção da biodiversidade"; "Cooperação" –, os presentes acordam o seguinte:

1- Os Estados-Membros comprometem-se a promover uma ampla discussão nacional sobre a agricultura familiar e o seu reconhecimento legislativo englobando, para além dos agricultores familiares ligados às explorações agrícolas, populações com sistemas alimentares baseados na recoleção, pastores, pescadores e aquicultores artesanais, povos indígenas e outras comunidades rurais tradicionais;

2- Os Estados-Membros comprometem-se a conferir prioridade à implementação e atualização de registos dos agricultores familiares, de forma a promover políticas públicas intersectoriais diferenciadas que promovam a sua discriminação positiva, nomeadamente, na garantia do direito à terra e ao território, no acesso a instrumentos financeiros diferenciados, à proteção social, a uma fiscalidade adequada, a outros direitos e serviços públicos, bem como no apoio para fazer face a catástrofes naturais e anos agrícolas desfavoráveis;

3- Os Estados-Membros comprometem-se a trabalhar no sentido de adaptar as suas estatísticas agrícolas e demais instrumentos de recolha de dados, por forma a obter um conhecimento mais profundo sobre a realidade da agricultura familiar, em apoio à definição de medidas de política mais apropriadas;

4- Os Estados-Membros comprometem-se a adotar, dentro de uma perspetiva intersectorial e intergovernamental, estratégias que combinem ações transversais e políticas específicas que promovam as efetivas igualdade, autonomia e não discriminação das mulheres, dos jovens e das comunidades rurais, valorizando e reconhecendo o seu trabalho;

5- Os Estados-Membros comprometem-se a rever ou criar um quadro regulamentar adequado e a apoiar sistemas de garantia participativa da qualidade no seio da CPLP por forma a promover ativamente a qualificação e o reconhecimento dos produtos da agricultura familiar;

6- De acordo com a sua realidade específica, os Estados-Membros comprometem-se a adequar o quadro regulamentar da contratação pública de forma a permitir canalizar recursos financeiros para a aquisição de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar que contribuam para a melhoria da dieta alimentar do conjunto da população;

7- Os Estados-Membros, de acordo com a respetiva legislação nacional, comprometem-se a estudar e desencadear esforços para o desenvolvimento do comércio preferencial dentro da CPLP para os produtos alimentares de qualidade diferenciada provenientes da agricultura familiar;

8- Os Estados-Membros comprometem-se a estimular o associativismo, formas inovadoras de organização das cadeias de valor, incluindo cadeias curtas, assegurando a justa repartição dos benefícios ao longo de toda a cadeia, a capacitação dos agricultores familiares nas áreas da produção, processamento, transformação, comercialização e distribuição de alimentos, e apoiar a criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável em S. Tomé e Príncipe conforme decisão da I Reunião Extraordinária do CONSAN em Díli;

9- Os Estados-Membros e os representantes da sociedade civil, setor privado e academia comprometem-se a desenvolver o debate sobre a agroecologia e outros modos de agricultura sustentável e a promover o seu reconhecimento institucional através de políticas publicas específicas e de ações de sensibilização e construção de capacidades;

10- Os Estados-Membros comprometem-se a proteger, promover, respeitar e garantir a gestão participativa do acesso e do uso da biodiversidade, dos recursos naturais, da paisagem e dos conhecimentos tradicionais associados, assim como apoiar a preservação ativa dos sistemas agrícolas tradicionais, através do estímulo de processos de candidatura de Sistemas Agrícolas Património da CPLP ao *Globally Important Agricultural Heritage System (GIAHS)* desenvolvido pela FAO;

11- Os Estados-Membros comprometem-se a promover uma agenda de inovação e investigação participativa e inclusiva, bem como de reformulação dos currículos académicos, que reconheça e valorize a agricultura familiar e o conhecimento tradicional, quer ao nível da sua definição, quer no seu processo de desenvolvimento.

12 - Os Estados-Membros comprometem-se a partilhar o conhecimento detido ao nível do estudo, mitigação e adaptação às alterações climáticas, cooperando na identificação das respostas aos desafios colocados pelo seu impacto na produção agrícola e nos rendimentos dos agricultores familiares;

13- Os representantes da sociedade civil, do sector privado e da academia comprometem-se a participar ativamente nos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, ou estruturas equivalentes existentes nos Estados-Membros, e a implementar parcerias estratégicas com o Estado e demais atores relevantes, visando a materialização dos compromissos aqui assumidos e a monitorização regular e participativa da aplicação das Diretrizes no âmbito do CONSAN-CPLP;

14- A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola comprometem-se a desenvolver esforços no sentido de reforçar a sua intervenção conjunta para o fortalecimento da agricultura familiar nos Estados-Membros da CPLP;

15- Os Estados-Membros comprometem-se a criar as condições para o funcionamento regular do Grupo CPLP junto das sedes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola em Roma;

16- A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Agências implementadoras da Década da Agricultura Familiar –, nos limites dos seus mandatos, apoiarão o Secretariado Executivo da CPLP, os Estados-Membros e todos os atores públicos e privados relevantes no desenho e na montagem de programas de cooperação, e na mobilização dos recursos necessários visando o reforço da governança participativa da segurança alimentar e nutricional, a consolidação de programas de alimentação escolar, e outros programas de saúde e nutrição que promovam compras públicas dos produtores familiares e o fortalecimento da agricultura familiar;

17- Os Estados-Membros individualmente ou no âmbito da CPLP, comprometem-se a assumir um papel internacional de relevo no quadro das atividades da Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas e das negociações visando uma Declaração Universal dos Direitos dos Camponeses em processo de aprovação nas Nações Unidas;

Por último, os presentes na Reunião de Alto Nível da CPLP sobre Agricultura Familiar, recomendam a transmissão deste acordo, pelas vias adequadas, à próxima Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP que se realizará em Cabo Verde, em 2018, por ocasião da XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Lisboa, 7 de fevereiro de 2018,

Pela República Federativa do Brasil

Alberto Beltrame – Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social

Jefferson Coriteac – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Pela República de Cabo Verde

Gilberto Silva – Ministro da Agricultura e Ambiente

Pela República da Guiné-Bissau

Carlos Mateus Tavares de Amarante – Diretor-Geral de Agricultura

Pela República da Guiné Equatorial

Tito Mba Ada – Embaixador República da Guiné Equatorial em Portugal e junto da CPLP

Pela República de Moçambique

Luisa Celma Caetano Meque – Vice- Ministra da Agricultura e Segurança Alimentar

Pela República Portuguesa

Luís Capoulas Santos – Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Luis Guilherme d'Oliveira Viegas – Embaixador de São Tomé e Príncipe em Portugal e junto da CPLP

Pela República Democrática de Timor-Leste

Estanislau Silva – Ministro de Estado Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro da Agricultura e Pescas

Pela CPLP

Maria do Carmo Silveira – Secretária Executiva da CPLP

Pelo Mecanismo de Facilitação de Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP

Alfredo Campos

Pelo Mecanismo de Facilitação de Participação das Organizações do Ensino Superior no CONSAN-CPLP

Maria Rita Marques de Oliveira

Mecanismo de Facilitação de Participação do Setor Privado no CONSAN-CPLP

Jorge Santos

Pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura,

Graziano Silva – Diretor Geral da FAO

Quadros Legais e Institucionais para Reconhecimento da AF

A aprovação das Directrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados membros da CPLP, na 2ª reunião extraordinária do CONSAN em Brasília, materializou o reconhecimento político pelos Estados-Membros subscritores da importância fundamental do desenvolvimento da agricultura familiar enquanto estratégia para superar a pobreza e as situações de insegurança alimentar que, de diferentes formas, têm vindo a inibir o desenvolvimento socioeconómico e ambiental dos territórios da CPLP. Atendendo às especificidades socioeconómicas e ambientais dos diferentes países e as necessidades e desafios que se colocam aos agricultores familiares, foi também reconhecida a importância de definir políticas públicas diferenciadas que permitam construir condições de apoio adequadas para o florescimento e consolidação da agricultura familiar. Cerca de quatro meses após a aprovação das Directrizes, decorreram alguns eventos importantes, quer a nível mundial, quer a nível regional e também a nível nacional, que influenciam o presente e futuro percurso de concretização das Diretrizes.

Recordando…

Antes de mais, será útil recordar algumas das principais recomendações consideradas da maior importância para fortalecer a Agricultura Familiar, aquando do FAFSANII (2016):

- "Aprofundar o processo de identificação e reconhecimento dos camponeses e agricultores familiares. Para tal, será necessário dar passos para uma noção representativa e abrangente desta categoria social, a nível nacional e regional, bem como para a criação de mecanismos que garantam o efetivo reconhecimento da Agricultura Familiar e Camponesa, nomeadamente para acesso a políticas públicas específicas". (…)
- "Compor agenda comum entre vários atores da sociedade civil, valorizando a ligação com a SAN e indicando demandas de políticas públicas aos Estados. Levar a cabo um processo participado de

levantamento exaustivo e de caraterização da Agricultura Familiar a nível nacional.

- Estudo esse que norteie a construção de instrumentos legais nacionais consensuados de identificação e reconhecimento da AF
- Realização de consultas e outras formas participativas para divulgação e debate da proposta de marco legal.
- Transcrever a categoria legal de AF nos recenseamentos agrícolas dos Estados-Membros (que poderão recorrer, por exemplo, à assistência técnica do programa de recenseamento mundial da agricultura da FAO para a sua execução).
- Articular as organizações de agricultores familiares ou outras igualmente representativas, na elaboração de cadastros de natureza voluntária.
- Mapear registos já existentes que abranjam produtores familiares (por exemplo: distribuição de sementes, créditos, etc.).
- Elaborar diretrizes operacionais para implementação de sistema de registo de agricultores familiares, com base em parcerias com as suas entidades representativas.
- Definir de forma participada a montagem, gestão e financiamento de sistemas de registo de agricultores familiares.
- Criação de infraestruturas e formação do pessoal técnico para implementação dos sistemas de registo".

Tendo em vista a recolha de contributos do MSC-CONSAN para definir os passos futuros que sairão da Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar, seguem as seguintes questões:

→ Existe no seu país uma definição consensual sobre o que é a Agricultura Familiar?

- Se sim, quem são os Agricultores Familiares?
- Se não, como critérios ou elementos deveriam integrar esse estatuto ou reconhecimento?

→ Existem registos ou cadastros específicos que abranjam os Agricultores Familiares?
→ Existem leis para reconhecimento e diferenciação da Agricultura Familiar?
→ Desde a aprovação das Directrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar na CPLP, que novas questões ou situações surgem no seu país, em particular, no âmbito de políticas públicas diferenciadas para a Agricultura Familiar?
→ Que recomendações tem a fazer para que as directrizes possam ser implementadas com sucesso no seu país?
→ Indique outros elementos que julgue relevantes.

Resultados das discussões nacionais:

No conjunto da reflexão conjunta realizada, os membros do MSC, de novo, concluem que a definição da AF e o seu reconhecimento são passos fundamentais, para que seja possível consolidar formalmente o apoio à AF. De referir o testemunho de Guiné que dá conta que a confusão sobre o é ou não a AF que se vive no país faz com que os recursos sejam mal distribuídos e que, esta forma, os agricultores familiares se vejam desfavorecidos.

Dado o carácter transversal deste tema, as principais conclusões relativas ao mesmo foram sendo colocadas ao longo dos diversos momentos de preparação e concretização da RANAF, nomeadamente, sob a forma de reivindicações para inclusão de metas concretas no campo do reconhecimento legislativo e institucional e da definição de políticas públicas concretas para a Agricultura Familiar, as quais foram apresentadas ao longo das intervenções do Seminário e na Redacção da Carta (ver reivindicações do MSC-CONSAN no Sumário Executivo e intervenção do MSC-CONSAN no Painel 3).

Nesta última, destaque para os pontos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da Carta, onde os Estados-Membros se comprometeram a realizar diversas acções neste campo.

Produção sustentável e Agroecologia

Ao debater o desenvolvimento sustentável devemos questionar o modelo produtivo atual, em especial na agricultura, pois de acordo com a FAO, esta está entre os maiores poluidores do planeta. É importante rearfirmar que a saída encontrada para mitigação destes impactos vão na direção de um "neoliberalismo ecológico", num processo ecologizador da economia, como se fosse possível resolver os problemas das desigualdades e da erosão cultural a que estão submetidos os povos tradicionais.

Pensando na contraposição deste sistema de produção convencional (Local VS Global), a agroecologia cada vez mais tem-se firmado como uma solução viável para viabilizar esse processo de transformação produtiva, através da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, sob uma perspectiva evolutiva da relação entre a sociedade e a natureza.

Existem inúmeras conceptualizações para a agroecologia, no geral, ela deve ser vista como uma nova abordagem científica, multidimensional, na medida em que procura o aporte das mais diferentes disciplinas para construir seu escopo teórico, tendo sempre como unidade de estudo, o agroecossistema.

De Schutter (2010), Relator Especial para o Direito à Alimentação, afirma que a agroecologia consiste num modo de desenvolvimento agrícola que contribui de forma decisiva para a soberania alimentar, para a agrobiodiversidade e para o desenvolvimento econômico.

Os crescentes níveis de êxodo rural, de desertificação e contaminação dos solos e águas, bem como a processos de açambarcamento de terras e de outros recursos naturais e genéticos nos países membros da REDSAN/CPLP, reforçam que a Agroecologia poderá representar um verdadeiro fator de desenvolvimento agrícola e uma condição para a emancipação socioeconómica das comunidades rurais e, em especial, dos agricultores familiares. Neste sentido, para impulsionar o processo de transição agroecológica, faz-se necessário que existam serviços públicos de formação agrícola, assistência e extensão rural direcionadas para os sistemas de produção agroecológica e adaptadas às realidades de cada comunidade agrícola local.

Nesta perspectiva, no âmbito dos países da REDSAN-CPLP, em alguns países, como o caso de Moçambique e Timor Leste, existe uma particular atenção à formação em técnicas simples e baratas de manejo sustentável do solo e da água e sem aplicação de insumos químicos. A formação é dada, regra geral, segundo modelos verticais, pouco dialogante com os conhecimentos dos agricultores.
Moçambique, Brasil e Angola possuem algumas Escolas voltadas para Educação do Campo, porém as ações de investigação e extensão rural voltadas para uma

perspectiva agroecológica ainda são muito insipientes e com pouco conexão entre o conhecimento tradicional e científico.

As ONG's e agências de cooperação e desenvolvimento internacional tem exercido um papel fulcral nos processos de promoção, implementação, formação e divulgação voltadas para Agroecologia. Moçambique por exemplo, apresenta uma grande variabilidade de zonas agroclimáticas, o que possibilita a prática de horticultura durante todo o ano. A existência de grandes bacias hidrográficas aumenta ainda mais o potencial agrário do país. Nesta perspectiva, associações de produtores rurais junto com estes parceiros, tem desenvolvido ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura periurbana nas cidades de Maputo e Matola, visando contribuir sócio-ecologicamente para promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades locais.

No Timor-Leste, através da Hamentin Agricultura Sustentável Timor Lorosae (HASATIL) algumas práticas de difusão de processos de conversão agroecológica veem sendo implementadas em 13 municípios, objetivando um aumento da consciência agroambiental em relação a integração de ações que busquem uma sinergia entre os agricultores (as), sistemas de produção agroecológicos e circuitos curtos agroalimentares. Ações de capacitação técnica e intercâmbio de experiências com esta finalidade são desenvolvidos pela "Escola de Campo do Agricultor".

Na grande maioria dos estados-membros da REDSAN-CPLP não existem formas de certificação formal ou informal de produtos de agricultura familiar de base agroecológica a nível nacional, com exceção do Brasil que sistemas de certificação por auditoria e participativo reconhecidos oficialmente.

Em Portugal, cerca de 6,8% da Superfície Agrícola Utilizada (239.864 hectares) é de Agricultura Biológica. Os produtos oriundos dessa produção, são certificados por entidades privadas que seguem recomendações e padrões estipulados pela União Europeia.

No arquipélago de São Tomé e Príncipe, a certificação é assegurada pelas fileiras de produção biológicas de exportação e executada por uma empresa internacional. São Tomé e Príncipe é um dos países com maior área de agricultura biológica cujo principal destino é a exportação.

Em Cabo Verde, existem leis que visam o melhoramento da produção, comercialização e certificação dos alimentos, porém, estas não diferenciam os modos de produção e não que fiscalizam este objetivo. No entanto, foi implementado pela ONG CERAI, na Ilha de São Vicente um projeto de fortalecimento da produção sustentável e da estrutura associativa local, com enfoque agroecológico.

No que tange aos quadros legais nacionais sobre a agrobiodiversidade, especificamente pelo que em relação ao Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios decorrentes da sua utilização, este foi

ratificado pela Guiné-Bissau e por Moçambique. Brasil, Cabo-Verde e Portugal assinaram, mas ainda não ratificaram. Em São Tomé e Príncipe o processo está atualmente em curso. Em Timor-Leste o direito consuetudinário é reconhecido e aplicado na conservação e uso dos recursos naturais.

Face a este breve cenário apresentado, e na perspectiva de recolher contributos para a elaboração da Carta de Lisboa, que sairá do Evento de Alto Nível sobre Agricultura Familiar, seguem as seguintes questões para reflexão:

- Que políticas públicas e estímulos económicos poderão ser implementados para fomentar uma transição participativa para um sistema agroecológico, a nível regional e nacional?
- Que atores deverão ser envolvidos na criação e de políticas públicas de acesso, controle, proteção e conservação dos recursos naturais (floresta, água, sementes, terra) nos países- membro da CPLP?
- Em que medida iniciativas da sociedade civil já em curso nos países-membros da REDSAN- CPLP poderão subsidiar um processo de construção de capacidades sobre práticas de produção sustentáveis e agroecologia?
- Em que espaços político-institucionais multi-atores poderiam tais políticas públicas de promoção da agroecologia ser discutidas e negociadas?

Resultados das discussões nacionais:

Acesso a serviços e mercados e produção sustentável

Desde logo, a introdução do conceito de agroecologia nas discussões sobre a redacção da Carta de Lisboa e nas reuniões de preparação da RANAF constituiu um ponto positivo, na medida em que permitiu trazer a estes espaços o debate sobre os diferentes tipos e processos de produção sustentável, e inclusive, o questionamento sobre o que significa produção sustentável.

Uma conclusão colhida no processo do fórum sobre agroecologia é que esta assume diferentes significados nos diversos países, podendo inclusive significar diferentes práticas em diferentes contextos. de igual modo, aquando da redação da carta, tornou-se evidente a necessidade de realizar um debate alargado no âmbito dos diversos atores sobre o tema da produção sustentável.

Não obstante essa necessidade de debate e clarificação, são de referir os exemplos positivos de ligação entre o modo de produção agroecológico e os benefícios alargados, não só para os agricultores como também para a comunidade. A apresentação realizada no Painel 4 pela representante do MSC-CONSAN procurou ilustrar, precisamente, estas ligações.

Um outro resultado prende-se com a inauguração do centro de competências regional para a agroecologia em São Tomé e Príncipe enquanto passo fundamental para a proteção e valorização da agricultura familiar.

Compras públicas de alimentos de agricultura familiar

As compras públicas de alimentos representam um instrumento de garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, a partir da promoção de uma alimentação saudável e adequada e da valorização dos hábitos e alimentos locais e regionais. Uma grande parte dos Estados-membros da CPLP tem vindo a desenvolver políticas diferenciadas que articulam o apoio à comercialização de produtos com origem na AF com ações de promoção da SAN, com particular enfoque nos programas de Alimentação Escolar, já formalmente criados e operacionais em alguns países, mas que enfrentam alguns problemas e desafios (organização do sector produtivo, adequações legais, institucionais e orçamentárias).

Recordando…

No âmbito de ultrapassar estes desafios por via da cooperação entre os Estados-membros no quadro da ESAN-CPLP, foram elencadas algumas recomendações no âmbito do FAFSAN II dentro de algumas áreas fundamentais: a) Fortalecimento institucional e envolvimento multi-sectorial; b) Mecanismos de coordenação, participação e controlo; c) Adequação dos marcos jurídicos; d) Fortalecimento dos agricultores familiares; e) Intercâmbio e partilha de conhecimentos e boas práticas.

Ao nível do ponto d) foi destacado:

"A geração de um mercado de compras públicas para alimentos provenientes da produção da AF local promove a dinamização da economia local, prioriza a cultura alimentar local e contribui para o fortalecimento dos agricultores familiares e suas organizações. Para tal, será importante assegurar assistência técnica sobre produção e comercialização às associações de agricultores familiares, e estimular a sua organização em associações e cooperativas. (…) A existência de institucionalidade formal para a agricultura familiar é o que possibilita a sua inserção nas políticas públicas; não obstante, ainda está restrita a alguns países, o que reforça a necessidade de criar marcos regulatórios que a definam e caracterizem. A identificação e o reconhecimento da AF, com a expedição de um regulamento que estabeleça a tipologia com critérios objetivos para a identificação do agricultor familiar, é uma base fundamental para a implementação de políticas que discriminem positivamente esse segmento, na medida em que permite a identificação de quem são os agricultores, da sua composição familiar, unidades e sistemas de produção" (FAFSANII, mesa 2 – compras, públicas de alimentos, Documento de apoio, p.9)

Tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração da Carta de Lisboa, que sairá do Evento de Alto Nível sobre Agricultura Familiar, seguem as questões:

→ Que iniciativas e políticas publicas existem no seu país de compras públicas em ligação à AF?

→ Que avanços foram concretizados quanto ao reforço de capacidades dos agricultores familiares e suas organizações, em matéria da planificação da produção, gestão de negócios, logística, abastecimento e transporte?

→ Mediante estes avanços ou das dificuldades aos mesmos, que recomendações a fazer no que toca à implementação de políticas públicas diferenciadas de compras públicas na agricultura familiar?

→ Que dificuldades de os agricultores familiares têm enfrentado para aceder aos mercados de produtos de qualidade diferenciada? Em particular, no acesso aos processos de certificação?

Resultados das discussões nacionais:

No âmbito do tema das compras públicas destaca-se a sua inclusão na Carta de Lisboa (ponto 16), nomeadamente, quanto ao desenho e montagem de programas de cooperação, e mobilização dos recursos necessários visando o reforço da governança participativa da segurança alimentar e nutricional, a consolidação de programas de alimentação escolar, e outros programas de saúde e nutrição que promovam compras públicas dos produtores familiares e o fortalecimento da agricultura familiar.

As compras públicas foram também indicadas nas propostas do MSC-CONSAN para o desenho de intercâmbios e acções de cooperação transnacional (ver Painel 1), dado que esta é uma área onde existem diversas experiências que constituem uma fonte muito rica de aprendizagens e conhecimentos. Por outro lado, os membros do MSC-CONSAN reconhecem que, apesar deste valor de aprendizagem, estas diferentes experiências encontram-se espartilhadas, sendo necessário realizar um esforço de congregação das mesmas.

No âmbito das discussões tornou-se evidente que o fortalecimento da agricultura familiar através da construção institucional da agroecologia, do acesso à terra e outros recursos naturais, e do acesso a mercados, incluindo a dinamização de cadeias curtas, é

uma articulação basilar a ter em conta no desenho destes programas de compras públicas (ver apresentação no Painel 4 e intervenções do MSC-CONSAN no mesmo). Em particular, importa referenciar a dimensão da justiça sobre a posição dos agricultores na cadeia de valor e da redistribuição justa dos ganhos ao longo da mesma.

Surgiram alguns testemunhos, como é o caso de Cabo Verde, país que, apesar de ter uma produção super abundante de alimentos, e de poder ser auto-suficiente em termos alimentares, encontra-se, porém, a consumir arroz importado, causando problemas de saúde na população e desequilíbrios económicos que desfavorecem os agrocultores familiares e camponeses.

Cooperação territorial e agricultura familiar

As Directrizes para a Valorização da Agricultura Familiar incluem a Cooperação Territorial como uma dos eixos importantes para a sua efectivação (p.18):

14. Cooperação

14.1. Os Estados-Membros devem procurar ampliar e intensificar o intercâmbio e a cooperação entre os países da CPLP, bem como com países externos, enquanto fator de dinamização e fortalecimento da agricultura familiar, de prossecução da ESAN-CPLP e de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

14.2. Os Estados-Membros devem promover iniciativas de cooperação e intercâmbio nas áreas da elaboração, implementação e monitoração das políticas de apoio e promoção da agricultura familiar.

14.3. Os Estados-Membros devem valorizar e apoiar as iniciativas já em curso impulsionadas pelos Governos e pela sociedade civil com o apoio de organismos multilaterais, por exemplo, nas áreas da alimentação e saúde escolar, proteção social, compras públicas, acesso a informação e produção sustentável.

14.4. Os Estados-Membros devem ativamente procurar coordenar posições e desenvolver iniciativas, programas e propostas da CPLP no quadro da sua participação em organismos multilaterais dedicados às temáticas da agricultura, alimentação e nutrição e da sua ação conjunta com parceiros internacionais da agenda do desenvolvimento sustentável.

Atendendo à necessidade de interligar os diversos temas a reflectir para o evento, para que se possam reforçar mutuamente, surgem algumas possibilidades de áreas temáticas prioritárias:

1- Intercâmbios de conhecimento: envolvendo visitas de estudo, ações de construção de capacidades das redes nacionais e/ou estudos e ações de advocacia nas seguintes áreas:

- Governança e Políticas de Alimentação e Nutrição incluindo ações para desenvolvimento de estratégias locais e conselhos com a participação dos agricultores familiares;
- Programas e iniciativas de alimentação, saúde e nutrição escolar incluindo, educação nutricional, construção de capacidades de professores, cozinheiro/as e gestore/as de escolas e compras locais de alimentos de Agricultura Familiar;
- Fortalecimento da Agricultura Familiar incluindo construção institucional da agroecologia, acesso a terra e outros recursos naturais e acesso a mercados incluindo dinamização de cadeias curtas e compras públicas.

2 - Sistemas Agrícolas Património da CPLP (Globally Important Agricultural Heritage Systems - GIAHS): intercâmbio de conhecimentos entre actores de territórios na CPLP com sistemas agrícolas tradicionais, incluindo atividades relativas a visitas de estudo, construção de capacidades para cartografia sócio-ambiental, diagnóstico de sistemas agrários e turismo sustentável.

Tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração da Carta de Lisboa, que sairá do Evento de Alto Nível sobre Agricultura Familiar, seguem as seguintes questões:

→ Das áreas destacadas anteriormente, quais considera serem prioritárias de concretizar, atendendo ao contexto actual de desenvolvimento da agricultura familiar no seu país?

→ Para além daquelas áreas indicadas, que outra considera serem essenciais a concretizar?

→ Existe interesse em participar num processo de cooperação transnacional?

→ Que condições considera ser fundamental garantir para a realização destes processos de cooperação a nível transterritorial?

Resultados das discussões nacionais:

A introdução do painel relativo à cooperação trouxe reflexões distintas aos membros do MSC-CONSAN. Desde logo, a importância de questionar e discutir com outros atores os pressupostos sobre os quais o desenho das acções de cooperação assenta, sobre quem efectivamente beneficiam e que objectivos pretendem cumprir.

Desde logo, é fundamental garantir que estes espaços de cooperação são pautados pela autonomia da sociedade civil em definir ela própria os contornos, os objectivos e conteúdos das acções de cooperação. Este pressuposto é tanto mais importante quando se verifica uma tendência de outros atores para tutelar a agricultura familiar, nomeadamente, para discutir e definir quais são os desafios, as necessidades e medidas a implementar visando os agricultores familiares. Por outro lado, a "importação" de modelos socioeconómicos ou de práticas de outros contextos deve ser realizada de forma sensível, atendendo a que cada país tem realidades concretas e culturas locais distintas.

A própria orgânica do CONSAN-CPLP tem subjacente a finalidade de criar condições favoráveis à participação dos agricultores e camponeses, prevendo um favorecimento proporcional da sua participação face a outros atores e visando reforçar a sua capacidade de participação. Este pressuposto constitui uma forma de institucionalizar os princípios de inclusão e de luta contra a exclusão social dos agricultores familiares subjacentes à ESAN-CPLP, matriz da base de criação das Diretrizes para a agricultura familiar na CPLP.

- Neste contexto, as acções de cooperação desenhadas devem reforçar e aprofundar a participação institucional da sociedade civil no CONSAN-CPLP, dando continuidade ao trabalho que o MSC-CONSAN e os seus membros têm vindo a construir, dentro dos objectivos de implementação dos eixos fundamentais da ESAN-CPLP. Vários temas têm vindo a ser elencados ao longo de diversos eventos como áreas fundamentais de intervenção concreta, face às linhas estratégicas de implementação da ESAN-CPLP, nomeadamente:
- Governança e Políticas de Alimentação e Nutrição, incluindo ações para desenvolvimento de estratégias locais e conselhos com a participação dos agricultores familiares;
- Programas e iniciativas de alimentação, saúde e nutrição escolar, incluindo educação nutricional, construção de capacidades dos atores escolares e compras locais de alimentos aos agricultores familiares;
- Fortalecimento da agricultura familiar através da construção institucional da agroecologia, do acesso à terra e outros recursos naturais, e acesso a mercados, incluindo dinamização de cadeias curtas e compras públicas.
- Iniciativa SIPAM-CPLP: intercâmbio de conhecimentos entre atores de territórios da CPLP com sistemas importantes património agrícola mundial, incluindo visitas de estudo, construção de capacidades para cartografia sócio-ambiental, diagnóstico de sistemas agrários e turismo inclusivo e sustentável.

Governança da terra e reforço dos direitos das comunidades rurais

O último Fórum Mundial Sobre o Acesso à Terra e aos Recursos Naturais em 2016 constatou que mais de dez anos após o Fórum Mundial sobre Reforma Agrária e a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, as políticas públicas existentes não respondem às necessidades das comunidades rurais. O acesso limitado a recursos produtivos e à terra e o açambarcamento desses mesmos recursos surgem como principal causa da pobreza rural e urbana, processos com impactos no acesso a bens básicos das comunidades (alimentos, água, habitação, terras para pastorícia, áreas de pesca). Agricultores e pescadores artesanais encontram-se em particular desigualdade financeira e jurídica em relação a grandes projetos de investimento. Dentre estas populações, as mulheres são as mais vulneráveis e subalternas, uma vez que têm poucos direitos, legal ou consuetudinariamente reconhecidos, sobre bens naturais.

Face a este cenário, foram negociadas e aprovadas no Comité de Segurança Alimentar Mundial, em 2012, as Diretrizes Voluntarias sobre a Governança responsável da posse da Terra, Pescas e Florestas no contexto da Segurança Alimentar Nacional. A boa governança no acesso à terra tem várias dimensões a considerar, sendo o seu objetivo global mais premente a erradicação da pobreza e a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada. Desta forma, os mecanismos de governança do acesso à terra relacionam-se com a governança da Segurança Alimentar e Nutricional.

Os Estados-Membros da CPLP enfrentam igualmente importantes desafios neste campo, como o aumento da pressão comercial sobre a terra e sobre outros recursos naturais e produtivos; e a crescente compra estrangeira de terras para fins não agrícolas (minerais e petróleo em Angola; biocombustíveis em Moçambique; turismo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Os deslocamentos de populações devido a estes empreendimentos e a distribuição desigual de terras tem relegado um número crescente de agricultores familiares para áreas marginais.

Existem três grandes questões nos países da CPLP neste âmbito:

- Quadros legais assentes numa matriz comum mas com diferenças expressivas no estado da sua regulamentação;
- Quadros institucionais frágeis e com reduzidas capacidades de implementação;
- Mas gradual emergência de mecanismos de governança da SAN derivados dos compromissos assumidos na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), os designados Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram também apontados alguns elementos importantes a considerar:

- Papel dos órgãos de governança de SAN, a nível nacional e local.
- Participação das organizações de agricultores familiares e das comunidades locais, incluindo minorias étnicas, nos processos de decisão sobre o uso e gestão dos recursos naturais e sua capacitação nesse sentido.
- Garantir a igualdade de género no acesso, uso e gestão da terra e recursos naturais.
- Colocar o acesso, uso e gestão da terra na agenda dos Conselhos de SAN dos países da CPLP.
- Nos países onde não se disponha ainda de um Conselho de SAN, encontrar outros espaços para a concretização de uma concertação social abrangente relacionada com o tema.

Tendo em vista a recolha de contributos do MSC para definir os passos futuros que sairão do Evento de Alto Nível sobre Agricultura Familiar, seguem as seguintes questões:

→ Que iniciativas de políticas públicas (ou propostas de) existem no seu país que considere relevantes para a governança da terra e reforço dos direitos das comunidades rurais?

→ Que iniciativas a sociedade civil no seu país está a concretizar sobre a governança da terra e reforço dos direitos das comunidades rurais?

→ Que mecanismos existem no seu país para a monitorização da aplicação das directrizes do pacto da governança da terra? Existe algum aspeto ou melhoramentos a apontar?

→ Indique outros elementos que julgue relevantes.

Resultados das discussões nacionais:

Uma das principais ameaças atuais à soberania alimentar prende-se com a apropriação de terras e seu uso, condicionando de forma dramática o direito de acesso à terra por parte dos camponeses e, assim, a sua capacidade de reprodução social e económica e de continuidade do seu modo de vida e todas as culturas associadas. Neste sentido, a participação da embaixadora da Bolívia foi um elemento importante do evento para

trazer a experiência de trabalho da construção da Declaração dos Direitos dos camponeses.

Um dos resultados da inclusão este tema no âmbito da RANAF prende-se com a referência da garantia do direito à terra e ao território no âmbito do segundo ponto da Carta de Lisboa, comprometendo assim os Estados-Membros a conferir prioridade política à implementação de medidas concretas nesse sentido.